



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL
UASG: 450522

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 19192/2025/SEMPOG	
DATA DE ABERTURA: 25/02/2026 às 09h00min. no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			
OBJETO			
Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Georreferenciamento e Topografia de lotes urbanos, Elaboração de Estudos e projetos REURB e Equipe para levantamento socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG para execução do Projeto de Regularização Fundiária através da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes-RO, contemplada pelo plano de crescimento do governo federal -PAC, Termo de Compromisso nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			LANCE MÍNIMO
R\$ 708.156,56 (setecentos e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).			R\$ 50,00
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	Termo de Contrato ou equivalente	GLOBAL
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Veja ITEM 10 deste Edital)*			
Requisitos Básicos: - Sicafe ou documentos equivalentes		Requisitos Específicos: Item 10.12 do Edital - Apresentação de pelo menos um <u>Atestado(s) de Capacidade Técnica</u> (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação. - Registro da empresa no CREA, CAU ou CFT, conforme o caso.	
* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
MODO DE DISPUTA	Item Exclusivo para ME/EPP?	Item com Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Demonstração
ABERTO	NÃO	NÃO	NÃO
Prazo de envio da proposta/documentos complementares			
120 (cento e vinte) minutos, após a convocação realizada pelo pregoeiro.			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações			
Até 20/02/2026 no e-mail: pregaopma@hotmail.com , demais condições no item 15. deste Edital			
Observações Gerais			
-			
AVISO			
Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2025)			
Dúvidas: (69) 3516-2020 e/ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com			



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO

(LEI 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90006/2026/SML/PMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 19192/2025/SEMPOG

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

1.1.1. A Prefeitura do Município de Ariquemes-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n°. 04.104.816/0001-16, com sede à Avenida Tancredo Neves, n°. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal n°. 23.377 datado de 07 de janeiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o n° **90006/2026/PREGÃO/SML/PMA** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **GLOBAL**, tendo por finalidade de **Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Georreferenciamento e Topografia de lotes urbanos, Elaboração de Estudos e projetos REURB e Equipe para levantamento socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG para execução do Projeto de Regularização Fundiária através da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes-RO, contemplada pelo plano de crescimento do governo federal - PAC, Termo de Compromisso n° 964840/2024/MCIDADES/CAIXA.** O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br (**comprasnet**); e/ou www.ariquemes.ro.gov.br na aba de anexos da licitação no link: transparencia.ariquemes.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=d071ad2f671581a12667d64771c792ca.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

CÓDIGO UASG:	450522
PREGOEIRA:	DAIANE VIEIRA PACIFICO
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	03/02/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	25/02/2026 às 08h59min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	25/02/2025 às 09h00min. (horário de Brasília).

1.1.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo N° 19192/2025/SEMPOG**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1.1. DO OBJETO: Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Georreferenciamento e Topografia de lotes urbanos, Elaboração de Estudos e projetos REURB e Equipe para levantamento socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG para execução do Projeto de Regularização Fundiária através da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes-RO, contemplada pelo plano de crescimento do governo federal - PAC., Termo de Compromisso nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA. Conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS EM R\$:

ITEM	PRODUTO	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND. MED.	Valor
1	559.002.322	21369	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TOPOGRAFIA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS-REURB E EQUIPE PARA ESTUDO SOCIOECONÔMICO, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - DMRF DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.</p> <p>Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Topografia, Elaboração de Estudos e Projetos-Reurb e Equipe para estudo socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes/RO.</p> <p>CATSER: 21369</p>	1,00	SERV.	R\$ 708.156,56



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.1.3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1.1 CARTOGRAFIA BÁSICA				VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1.1.	Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, no sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos conforme situação atual.	Serv.	1	R\$ 80.833,34	R\$ 80.833,34
1.1.2	Elaboração de plantas, memoriais descritivos e quadros de áreas.	Serv.	1	R\$ 20.363,00	R\$ 20.363,00
1.1.3.	Plantas impressas em escala apropriada e memoriais descritivos acompanhados dos respectivos em meio digital e da cópia da ART ou RRT.	Serv.	1	R\$3.750,00	R\$3.750,00
VALOR TOTAL				R\$ 104.946,34	
1.2 Cadastro Físico					
1.2.1.	Elaboração de cadastro físico dos imóveis existentes.	Und.	909	R\$ 61,66 (USADO 2 DÍGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 56.056,67
1.2.2.	Elaboração ou atualização de cadastro físico dos imóveis existentes na área objeto de intervenção, compreendendo a identificação, a codificação e a delimitação dos lotes e dos domicílios existentes na área, a caracterização do uso (residencial, misto, comercial, institucional, de prestação de serviços), as condições gerais de habitabilidade das edificações, entre outros.	Und.	909	R\$ 99,95 (USADO 2 DÍGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 90.860,91
1.2.3.	Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.	Und.	909	R\$ 41,50 (USADO 2 DÍGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 37.725,00
VALOR TOTAL				R\$ 184.642,58	
1.3 Cadastro Social					
1.3.1	Aplicação de questionários socioeconômicos aos moradores;	Und.	909	R\$ 61,89 (USADO 2 DÍGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 56.267,10



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

1.3.2.	Cadastro de famílias com dados sociais e habitacionais;	Und.	909	R\$ 26,83 (USADO 2 DIGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 24.392,33
1.3.3.	Elaboração ou atualização de cadastros socioeconômicos dos moradores, contendo nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outras informações relevantes ao processo de regularização fundiária.	Und.	909	R\$ 53,80 (USADO 2 DIGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 48.904,20
1.3.4.	Coleta de documentos dos beneficiários para instrução de processos de regularização fundiária, de acordo com as exigências legais relativas ao instrumento jurídico utilizado, tais como cópias de RG, CPF, comprovante de residência, certidão de casamento e documentos para comprovação da posse do imóvel;	Und.	909	R\$ 46,66 (USADO 2 DIGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 42.420,00
1.3.5.	Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.	Und.	909	R\$ 51,9 (USADO 2 DIGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 47.177,10
VALOR TOTAL				R\$ 219.160,73	
1.4 Estudos e projetos					
1.4.1	Elaboração do projeto urbanístico conforme diretrizes legais e normas técnicas;	Und.	909	R\$ 82,50 (USADO 2 DIGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 75.000,00
1.4.2	Produção de relatórios, memoriais e peças técnicas necessárias ao processo administrativo de REURB e a emissão da Certidão de Regularização Fundiária CRF.	Und.	909	R\$ 63,93 (USADO 2 DIGITOS APÓS A VÍRGULA)	R\$ 58.119,67
VALOR TOTAL				R\$ 133.119,67	
1.5 Medidas Administrativas, Técnicas e sociais visando a instrução dos processos de REURB.					
1.5.1.	Apoio técnico visando a instrução dos processos de REURB;	Serv.	4	R\$ 16.897,25	R\$ 16.897,25
1.5.2.	Mobilização comunitária para esclarecimentos;	Serv.	4	R\$ 13.939,00	R\$ 13.939,00
1.5.3.	Entrega de relatórios de execução.	Und.	909	R\$ 35.451,00	R\$ 35.451,00
VALOR TOTAL				R\$ 66.287,25	
VALOR TOTAL DE TODOS OS SERVIÇOS			R\$ 708.156,56		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras.gov.br, e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelos ordenadores de despesas dos órgãos requerentes;

2.3.1. Subcontratação - Conforme estabelecido no item 12.5 do Termo de Referência:

2.3.1.1. É expressamente vedada a contratação e cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações decorrentes deste contrato, não sendo admitida a subcontratação de serviços.

2.3.2. Garantia da contratação – Conforme estabelecidos do item 12.6 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.3.2.1. Nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, será exigida da Contratada garantia correspondente a 2% (dois por cento) do valor global do contrato, devidamente atualizada nas mesmas condições contratuais, a ser prestada em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-Garantia;

c) Fiança Bancária.

2.4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

2.4.1. Local de execução - Conforme estabelecido no item 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.4.1.1. Conforme as peças técnicas do processo que originou o Termo de Compromisso nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA, firmado pelo Município de Ariquemes/RO, junto à UNIÃO por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, foram contemplados com a regularização o Distrito Bom futuro localizado na Gleba 06 (seis) de julho, situado no Município de Ariquemes, localizado a uma distância cerca de 95 (noventa e cinco) quilômetros de distância do centro urbano do referido Município.

2.4.2. Prazo e forma de execução – Conforme estabelecidos do item 5.1 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.4.2.1. A execução dos serviços será iniciada mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante, em prazo não superior a 10 (dez) dias após a assinatura do contrato e apresentação do comprovante da garantia contratual equivalente a 2% (dois por cento) do valor contratado e da apresentação da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica ou do RRT – Registro de Responsabilidade Técnica.

2.4.3. Cronograma de entrega dos serviços – Conforme estabelecidos do item 10.6.1 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.4.3.1. O Prazo total de execução é de 10 (dez) meses conforme composição de tabela abaixo:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

1. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO												
ITEM	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO (MENSAL)									
			MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10
1	Mobilização e Planejamento	Reunião, organização da equipe, planejamento executivo e mobilização comunitária.	X			X		X				
2	Cartografia Básica	Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, no sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos conforme situação atual.		X								
		Elaboração de plantas, memoriais descritivos e quadros de áreas, (formulário modelo ID 3599462).			X							
		Plantas impressas em escala apropriada e memoriais descritivos acompanhados dos respectivos em meio digital e da cópia da ART ou RRT, (formulário ID 3599462).			X							
3	Cadastro Físico	1.2.1. Elaboração de cadastro físico dos imóveis existentes.				X						
		1.2.2. Elaboração ou atualização de cadastro físico dos imóveis existentes na área objeto de intervenção, compreendendo a identificação, a codificação e a delimitação dos lotes e dos domicílios existentes na área, a caracterização do uso (residencial, misto, comercial, institucional, de prestação de serviços), as condições gerais de habitabilidade das edificações, entre outros, (formulário modelo ID. 3585359).				X						
		1.2.3. Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.				X						
4	Cadastro Social	1.3.1- Aplicação de questionários					X					



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

		ocioeconômicos aos moradores;										
		1.3.2 - Cadastro de famílias com dados sociais e habitacionais;					X					
		1.3.3- Elaboração ou atualização de cadastros socioeconômicos dos moradores, contendo nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outras informações relevantes ao processo de regularização fundiária, (formulário modelo ID 3598828) .						X				
		1.3.4. Coleta de documentos dos beneficiários para instrução de processos de regularização fundiária, de acordo com as exigências legais relativas ao instrumento jurídico utilizado, tais como cópias de RG, CPF, comprovante de residência, certidão de casamento e documentos para comprovação da posse do imóvel, (formulário modelo ID 3598828);						X				
		1.3.5. Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.						X				
5	Estudos e projetos	1.4.1. Elaboração do projeto urbanístico conforme diretrizes legais e normas técnicas;							X			
		1.4.2. Produção de relatórios, memoriais e peças técnicas necessárias ao processo administrativo de REURB e a emissão da Certidão de Regularização Fundiária CRF.								X		
6	Medidas Administrativa Técnicas e sociais visando a instrução dos processos de REURB.	1.5.1. Apoio técnico visando a instrução dos processos de REURB;									X	
		1.5.2. Mobilização comunitária para esclarecimentos;									X	
		1.5.3. Entrega de relatórios parciais e final de execução.										X

2.5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)

2.5.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 2.06.04.122.0079.2016 - Manutenção da Regularização Fundiária

Elemento de despesa: 4.4.90.39.00 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da

União (Exerc. Corrente) e 1.500 - Recursos não vinculados de impostos (Exercício corrente)

2.6. DO PAGAMENTO

2.6.1. Conforme estabelecido no item 7.22 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital; “...O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.”

2.7. ÍNDICE DE REAJUSTE

2.7.1. Conforme estabelecido na cláusula 7.1 da minuta de contrato:

2.7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/10/2025.

2.7.3. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.7.6. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

2.7.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

2.7.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado), será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

2.7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.7.10. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.12. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.5. O impedimento de que trata o **item 3.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.2 e 3.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos **itens 3.4.2 e 3.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.10. A vedação de que trata o **item 3.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. Em tempo, será analisado também:

3.11.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Ariquemes/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

3.11.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (até que se encerre os prazos das sanções);

3.11.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.2.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.2.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.2.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.1 ou 4.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.2.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.2.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.2.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.2.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.2.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.2.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.2.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.2.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.2.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.2.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;

5.1. O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total;
- b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;

6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;

6.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.1.3. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;

6.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

6.3.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 50,00 (cinquenta reais);

6.3.5. O licitante **poderá**, uma única vez, **excluir** seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.3.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.3.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.3.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.3.6.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.3.6.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.3.9. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.9.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.3.10. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.11. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br>

6.3.12. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

~~**6.4.1.** A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.~~

~~**6.4.2.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:-~~

- ~~I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;~~
- ~~II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;~~
- ~~III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.~~



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

~~6.4.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.~~

6.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.5.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.5.5.2. empresas brasileiras;

6.5.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.5.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6. Nos casos em que o sistema Comprasnet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio (IN SEGES/MGI Nº 79/2024), em sessão realizada no comprasnet, com a convocação dos interessados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2. O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

7.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 60 (SESSENTA) DIAS.

8.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

8.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF);

8.2.2. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa

8.2.3. O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

8.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;

8.8.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

9.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.2.6** deste edital.

9.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.10. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

9.10.1. conter vícios insanáveis;

9.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

9.12.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.12.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.21. Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.4.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.5.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) [O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), obriga a apresentação dessa declaração).

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.10.1. O licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica, os documentos comprobatórios de regular constituição, inscrição e funcionamento, dentre eles:

10.10.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

10.10.3. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal oficial;

10.10.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial, com documentos dos administradores;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.10.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial, conforme IN DREI/ME nº 77/2020;

10.10.6. Sociedade simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

10.10.7. Filial, sucursal ou agência: ato constitutivo devidamente registrado e averbado no registro da matriz; g) Sociedades cooperativas: ata de fundação, estatuto social e ata de aprovação arquivadas, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

10.10.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

10.10.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

10.10.10. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.10.11. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

10.10.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.10.13. Declaração conjunta de atendimento às exigências constitucionais e legais, incluindo a inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

10.11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.12. O licitante deverá apresentar:

10.12.1. Inscrição no CNPJ ou CPF;

10.12.2. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB/PGFN), inclusive quanto à Seguridade Social;

10.12.3. Regularidade perante o FGTS;

10.12.4. Certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos trabalhistas (CNDT);

10.12.5. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, quando aplicável;

10.12.6. Regularidade com as Fazendas estadual e municipal/distrital;

10.12.7. Declaração de isenção, quando for o caso;

10.12.8. Dispensa da inscrição em cadastros de contribuintes, quando aplicável a MEI.

10.13. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

10.13.1.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, emitida há no máximo 90 (noventa) dias ou dentro da validade;

10.13.1.2. Em caso de recuperação judicial, comprovação de homologação judicial do plano.

10.14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.14.1. Apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução de objeto compatível com o da licitação;

10.14.2. Quando emitido por pessoa jurídica de direito privado, o documento deverá conter dados completos da entidade e signatários, bem como descrição detalhada do objeto;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.14.3. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial; d) Serão aceitos somatórios de atestados para comprovação de quantitativos mínimos; e) Características mínimas a comprovar:

10.15. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional

10.15.1. Declaração formal de conhecimento das condições locais para execução do objeto;

10.15.2. Registro ou inscrição da empresa junto ao CREA, CAU ou CFT, conforme o caso;

10.15.3. Apresentação de profissional(is) responsável(is), devidamente registrado(s) no conselho competente, incluindo Engenheiro Civil ou equivalente;

10.15.4. Comprovação de experiência mínima de 30% dos itens de maior relevância da planilha orçamentária;

10.15.5. O profissional indicado deverá possuir atestado de responsabilidade técnica comprovando capacidade técnicoprofissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo.

10.15.6. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas correrão integralmente por conta da classificação orçamentária acima especificada

10.16. DAS DECLARAÇÕES:

10.16.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.

a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

10.16.2. A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece à legislação aplicável a matéria, podendo o Pregoeiro solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.17. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, no momento do cadastro da proposta.

10.17.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

10.17.2. OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

10.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

11.9. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

11.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.11. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SML, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

12.2. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

12.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

12.5. Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

13. DO TERMO DE CONTRATO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc) para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração; c) Poderá ser enviado por e-mail para a empresa, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito <https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>). Posteriormente, o documento deverá ser devolvido por e-mail.; ou d) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

13.4.4. Deverá observar e cumprir todas as disposições estabelecidas na minuta do termo de contrato;

13.4.5. A substituição do contrato por documento equivalente não exime o contratante da obrigação de observar todas as disposições estabelecidas na minuta contratual.

13.4.6. Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II apud AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

13.4.7. Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do valor, será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica. (AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

13.4.8. I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que ilude o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que: a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133/2021; ou b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133/2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa. (AGU. Orientação Normativa nº 84/2022);



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

13.5. Os prazos dos itens 13.1 e 13.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

13.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.
- 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)
- 14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de no mínimo 3(três) servidores, em sua maioria servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: pregaopma@hotmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3516-2020**) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Ariquemes/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, n.º 2.166 – Setor Institucional - Complemento: Centro Administrativo Dr. Carpintero, sala 19, no 2º andar em Ariquemes/RO - CEP: 76.872-854.

15.3.1. Para facilitar o processamento das solicitações, as empresas devem enviar o documento do pedido de esclarecimento em formato PDF copiável.

15.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.gov.br/compras>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.8. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

16. CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES

16.1. Em caso de não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, rescisão contratual ou desistência do licitante vencedor em prosseguir com o fornecimento, a Administração poderá, com base no Decreto Municipal Nº 21.363, de 23 de agosto de 2024, convocar os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação estabelecida no processo licitatório, para celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite as condições estabelecidas, a Administração reserva-se o direito de negociar com esses licitantes visando obter um preço melhor ou adjudicar o contrato nas condições ofertadas por eles, atendendo à ordem classificatória.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

16.2. Esse processo seguirá as seguintes etapas:

16.2.1. Após a instauração do procedimento sancionatório em decorrência da rescisão contratual ou desistência do licitante.

16.2.2. Convocação dos licitantes remanescentes em ordem de classificação: Após a não assinatura do contrato, ou rescisão do contrato pelo licitante vencedor ou sua desistência, a Administração convocará os licitantes remanescentes que participaram do processo licitatório, seguindo a ordem de classificação estabelecida no certame. Esses licitantes serão convidados a assumir o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante originalmente vencedor que rescindiu o contrato.

16.2.3. Negociação com os licitantes remanescentes: Se nenhum dos licitantes remanescentes aceitar as condições propostas nas mesmas bases do licitante vencedor que rescindiu o contrato, a Administração irá para o próximo passo. Neste estágio, será iniciada a negociação com o segundo colocado e, subsequentemente, com os demais licitantes remanescentes em ordem de classificação.

16.2.4. Negociação do menor valor possível: Durante as negociações com os licitantes remanescentes, a Administração buscará obter o menor valor possível para a contratação, considerando as condições propostas por esses licitantes. Esta negociação pode envolver ajustes nos valores propostos originalmente pelos licitantes remanescentes, com o objetivo de garantir a economicidade para a Administração.

16.2.5. Apresentação da proposta pela nova empresa contratada: A empresa contratada deverá apresentar sua proposta com o preço final de seu lance, ajustando o valor do serviço/fornecimento remanescente em relação ao já executado pela empresa desistente.

16.2.6. Será analisado o teor das propostas apresentadas pelos licitantes remanescentes, inclusive a compatibilidade dessas propostas com as especificações técnicas do edital, bem como a verificação dos documentos de habilitação;

16.2.7. A Administração declarará a habilitação da empresa e a aceitabilidade da proposta apresentada, nos termos do edital;

16.2.8. A Administração publicará o aviso de adjudicação da empresa remanescente, ficando garantido o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos demais licitantes para exercerem o direito ao contraditório, com a possibilidade de recorrerem da decisão da Administração, tanto no que se refere à proposta quanto aos documentos de habilitação;

16.2.9. Encerrado o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou após decisão final dos recursos interpostos, a Administração publicará o aviso de homologação da contratação do remanescente.

16.3. Em caso de Registro de Preço, será observado primeiro o Cadastro Reserva de Fornecedor.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

17.2.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

17.2.2. Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

17.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

17.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.5. Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

17.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.

17.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

17.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

17.13. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Ariquemes, a finalidade e a segurança da contratação.

17.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

17.15. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

17.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

17.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Ariquemes, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

17.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

17.19. CREDENCIAMENTO ePROC, conforme a Instrução Normativa nº 4, datado em 05 de outubro de 2020, que Regulamenta sobre utilização do Sistema Eletrônico de Informações (e-PROC), este é de utilização obrigatória para todos os tipos de processos em tramitação e novos e outras providências.

17.19.1. Todas as pessoas físicas que possuem **empresa**, imóvel ou qualquer vínculo junto à Prefeitura de Ariquemes/RO, e que queira ou precise fazer peticionamentos e **acompanhar** seus processos e pedidos ONLINE.

17.19.2. Para acesso ao Sistema de Processo Eletrônico e realização de petições online é necessário o credenciamento prévio. Esse credenciamento deve ser feito junto ao Atendimento ao Público desta Prefeitura de Ariquemes/RO, **ou por meio online**, através do acesso pela Plataforma GOV.BR.

17.19.3. Poderá ser realizado o credenciamento destes Fornecedores e/ou prestadores de serviços e outros como usuários externos, conforme orientação do "Manual do Credenciamento", disponível na página da Prefeitura no banner credenciamento ou no link: <http://site.ariquemes.ro.gov.br/paginas/credenciamento>

17.20. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.gov.br/compras, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao.

17.21. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

17.22. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020, ou na sede Prefeitura de Ariquemes/RO.

17.23. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

18. ANEXOS

18.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (id 3693428)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (id 3631974);

Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3631992);

Apêndice III do T.R. - Minuta de Contrato (id 3631540);

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

Ariquemes-RO, 12 de janeiro de 2026.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Elaborado por:

Franciélen Braga Vainiaroski
Integrante da Diretoria de Compras - SML
Decreto nº 16.198-01/2025

Pregoeira Designada:

Daiane Vieira Pacífico
Pregoeira
Decreto nº 23.377/2026



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/SML/PMA

ANEXO I DO EDITAL

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (id 3693428)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (id 3631974);

Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3631992);

Apêndice III do T.R. - Minuta de Contrato (id 3631540);

Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/SML/PMA

ANEXO II - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/SML
PROCESSO Nº 19192/2026/SEMPOG

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

Item	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	Marca/Model o Fabricante	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
VALOR TOTAL EM REAIS - R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/SML/PMA

ANEXO III - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO–SML/PMA

- a) A empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º, localizada na rua....., n.º, na cidade de, do estado de, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico nº xx/2026/PREGÃO/SML/PMA**, são autênticos.

....., em ____ de _____ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/SML/PMA

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
CNPJ: _____
FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **90006/2026/PREGÃO/SML/PMA**, instaurado pelo **Processo de n.º 19192/2025/SEMPOG**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2026.

Nome:
RG/CPF:
Cargo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026/SML/PMA

ANEXO V - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

....., __ de _____ de 2026.

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DE CONTRATO
2/2025

Contrato nº /2025
Processo nº 19192/2025

Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Topografia, Elaboração de Estudos e Projetos-Reurb e Equipe para estudo socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes/RO, conforme o TERMO DE COMPROMISSO Nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG E A EMPRESA, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, Setor Institucional, nº 2.166, representada pela Sr(a). ELIZETE GONÇALVES DE LIMA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG, doravante CONTRATANTE e a Empresa, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 19192/2025/SEMPOG, Pregão Eletrônico nº ____/2025/CPL/SML/PMA, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento é

Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Topografia, Elaboração de Estudos e Projetos-Reurb e Equipe para estudo socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes/RO, conforme o TERMO DE COMPROMISSO Nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	559.002.322		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TOPOGRAFIA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS-REURB E EQUIPE PARA ESTUDO SOCIOECONÔMICO, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - DMRF DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO. Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Topografia, Elaboração de Estudos e Projetos-Reurb e Equipe para estudo socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Diretoria	1,00	SERV.

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.
			Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes/RO. CATSER: 21369		

15 de setembro de 2025.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15 de outubro de 2025.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que vier a substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

8.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.10** A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.
- 9.11** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.23** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10.2 Para garantia da fiel execução dos compromissos ajustados no CONTRATO, a CONTRATADA, pode optar por uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.3 Exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do contrato;

b) a garantia, assegurará o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
 4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
- c)** a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea b;
- d)** a garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco do Brasil em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
- e)** o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;
- f)** a garantia será considerada extinta:
1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 2. no prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.
- g)** o contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
1. caso fortuito ou força maior;
 2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 3. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
 4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;
- 10.4** Optando a adjudicatária por Fiança Bancária ou Seguro-Garantia, fica a sua prestação condicionada à aceitação pela Administração da instituição bancária garantidora.
- 10.5** Sobre os valores caucionados em moeda corrente nacional, deverá ser depositado na conta-corrente da administração, cito: Agência nº 1178-9, Conta-Corrente nº 66.170-8, Banco do Brasil.
- 10.6** Os valores das cauções feitas em dinheiro, serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados, mediante solicitação da contratada.
- 10.7** Sobre os valores caucionados em moeda corrente, serão devolvidos devidamente corrigidos nos termos do Art. 100, da lei 14.133/21.
- 10.8** A caução final e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais pela entrega incompleta dos serviços e pelas eventuais multas ou penalidades, independentemente de quaisquer outros atos legais.
- 10.9** A caução e demais garantias prestadas pela Contratada em favor da Administração, lhe será devolvida após 90 dias do recebimento definitivo da obra, sem quaisquer acréscimos de juros, correção monetária ou qualquer reajustamento, exceto aquela prestada em moeda corrente.
- 10.10** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.11** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.12** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.13** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.14** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.14.1** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.14.2** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.15** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante,

mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.19 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

10.20 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.22 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DO OBJETO

11.1 A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos e exigência no Termo de Referência, elaborados para a contratação.

11.2 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à execução do serviço e bens acessórios ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

12.1 A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

12.2 A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

12.3 A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

12.4 A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

12.5 Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

12.6 A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

12.7 A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

12.8 A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

12.9 A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.

12.10 A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

12.11 A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

12.12 A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

12.13 A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

12.14 A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa Moratória de 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento), limitado ao valor diário de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelas infrações descritas nos incisos **I, II e VII** do caput deste artigo.

III. Multa Contratual poderá ser aplicada por grave descumprimento das condições pactuadas, autônoma e independentemente da multa moratória, e não excederá 20% (vinte por cento) do valor total do contrato atualizado ao tempo da ocorrência, no caso de inexecução total do objeto.

IV - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **II, III, IV, V, VI e VII** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes (Registro será feito no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF/ComprasGov), pelo prazo de até 3 (três) anos (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

V - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **VIII, IX, X, XI, e XII** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **II, III, IV, V, VI e VII** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica

serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 02.06.04.122.0079.2016 Manutenção da Regularização Fundiária

Elemento de Despesa: 4.4.90.39.00 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1.700 - Recursos do Exercícios Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

3.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ariquemes/RO,de de 2025.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Prefeitura Municipal de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-16	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](#) - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **ELIZETE GONCALVES DE LIMA#**, **Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 28/11/2025 às 11:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](#), informando o ID **3631540** e o código verificador **6AAFAB1E**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO#	***.362.462-**	28/11/2025 11:21

Referência: [Processo nº 8-19192/2025](#).

Docto ID: 3631540 v1

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 398/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
398/2025	450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE	23/12/2025 13:12 (v 0.9)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		19192/2025

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Em atendimento ao artigo 28, inciso II, e artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), à Lei Municipal nº 2124/2017, ao artigo 170 da Constituição Federal de 1988, à Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), à Instrução Normativa nº 1/2010/SLTI/MPOG, à Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), à Lei Federal nº 8.987/1995 (concessão e permissão de serviços públicos), e à Lei Complementar nº 123 /2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), elaboramos o presente Termo de Referência.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Objeto:

Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Georreferenciamento e Topografia de lotes urbanos, Elaboração de Estudos e projetos REURB e Equipe para levantamento socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG para execução do Projeto de Regularização Fundiária através da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes-RO, contemplada pelo plano de crescimento do governo federal -PAC, Termo de Compromisso nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA,(ID 2507603).

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.	Valor
			CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TOPOGRAFIA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS-REURB E EQUIPE PARA ESTUDO SOCIOECONÔMICO, COM			



1	559.002.322	21369	<p>A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - DMRF DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.</p> <p>Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Topografia, Elaboração de Estudos e Projetos-Reurb e Equipe para estudo socioeconômico, com a finalidade de atender as necessidades da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF do Município de Ariquemes/RO.</p> <p>CATSER: 21369</p>	1,00	SERV.	R\$ 708.156,56
---	-------------	-------	--	------	-------	----------------

3.1.DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1.1 Cartografia Básica				VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1.1.	Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, no sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos conforme situação atual.	Serv.	1	R\$ 80.833,34	R\$80.833,34
1.1.2	Elaboração de plantas, memoriais descritivos e quadros de áreas.	Serv.	1	R\$ 20.363,00	R\$20.363,00
1.1.3.	Plantas impressas em escala apropriada e memoriais descritivos acompanhados dos respectivos em meio digital e da cópia da ART ou RRT.	Serv.	1	R\$3.750,00	R\$3.750,00
VALOR TOTAL				R\$ 104.946,34	
1.2 Cadastro Físico					
1.2.1.	Elaboração de cadastro físico dos imóveis existentes.	Und.	909	R\$ 61,66	R\$56.056,67



1.2.2.	Elaboração ou atualização de cadastro físico dos imóveis existentes na área objeto de intervenção, compreendendo a identificação, a codificação e a delimitação dos lotes e dos domicílios existentes na área, a caracterização do uso (residencial, misto, comercial, institucional, de prestação de serviços), as condições gerais de habitabilidade das edificações, entre outros.	Und.	909	R\$ 99,95	R\$90.860,91
1.2.3.	Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.	Und.	909	R\$ 41,50	R\$37.725,00
VALOR TOTAL				R\$ 184.642,58	
1.3 Cadastro Social					
1.3.1	Aplicação de questionários socioeconômicos aos moradores;	Und.	909	R\$ 61,89	R\$56.267,10
1.3.2.	Cadastro de famílias com dados sociais e habitacionais;	Und.	909	R\$ 26,83	R\$24.392,33
1.3.3.	Elaboração ou atualização de cadastros socioeconômicos dos moradores, contendo nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outras informações relevantes ao processo de regularização fundiária.	Und.	909	R\$ 53,80	R\$48.904,20
1.3.4.	Coleta de documentos dos beneficiários para instrução de processos de regularização fundiária, de acordo com as exigências legais relativas ao instrumento jurídico utilizado, tais como cópias de RG, CPF, comprovante de residência, certidão de casamento e documentos para comprovação da posse do imóvel;	Und.	909	R\$ 46,66	R\$42.420,00
1.3.5.	Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.	Und.	909	R\$ 51,9	R\$47.177,10
VALOR TOTAL				R\$ 219.160,73	
1.4 Estudos e projetos					
1.4.1	Elaboração do projeto urbanístico conforme diretrizes legais e normas técnicas;	Und.	909	R\$ 82,50	R\$75.000,00



1.4.2	Produção de relatórios, memoriais e peças técnicas necessárias ao processo administrativo de REURB e a emissão da Certidão de Regularização Fundiária CRF.	Und.	909	R\$ 63,93	R\$58.119,67
VALOR TOTAL				R\$ 133.119,67	
1.5 Medidas Administrativas, Técnicas e sociais visando a instrução dos processos de REURB.					
1.5.1.	Apoio técnico visando a instrução dos processos de REURB;	Serv.	4	R\$ 4.224,31	R\$16.897,25
1.5.2.	Mobilização comunitária para esclarecimentos;	Serv.	4	R\$ 3.484,75	R\$13.939,00
1.5.3.	Entrega de relatórios de execução.	Und.	909	R\$ 39,00	R\$35.451,00
VALOR TOTAL				R\$ 66.287,25	
VALOR TOTAL DE TODOS OS SERVIÇOS		R\$ 708.156,56			

3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando que a solicitação da Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Georreferenciamento e Topografia de lotes urbanos, Elaboração de Estudos e projetos REURB e Equipe para levantamento socioeconômico busca sanar a necessidade de atender Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG para execução de serviços de regularização fundiária do Núcleo Informal denominado Distrito Bom Futuro, desempenhado pela Diretoria de Regularização fundiária;

3.2. Considerando que a Lei Federal nº 13.465/2017, especialmente em seu artigo 36 que na execução do projeto de Regularização Fundiária Urbana (REURB), exige uma abordagem técnica, integrada e multidisciplinar, que contemple as diversas etapas e dimensões do processo de regularização;

3.3. Considerando que para execução de projeto de REURB a contratação deve assegurar a elaboração completa, precisa e legalmente adequada dos documentos técnicos exigidos para a titulação de imóveis urbanos;

3.4. Considerando que a regularização fundiária Urbana é um processo complexo que envolve a produção de um **projeto urbanístico específico** para cada núcleo informal, devendo este conter obrigatoriamente **georreferenciamento completo da área, elaboração de planta planialtimétrica e cadastral** contendo a delimitação precisa das áreas ocupadas, suas dimensões, confrontações e características físicas, representação detalhada do **sistema viário existente ou proposto, mapeamento individualizado das unidades imobiliárias a serem regularizadas**, com indicação de área total, localização, nome do logradouro, número cadastral e confrontações, descrição e identificação das áreas públicas, **identificação das áreas verdes** e áreas de APP localizada no núcleo a ser regularizado;

3.5. Considerando que as exigências a serem cumpridas no Processo de Regularização Fundiária, demandam **conhecimento técnico especializado nas áreas de topografia, engenharia, arquitetura e urbanismo**, além de que tais profissionais dominem a utilização de equipamentos topográficos e softwares específicos que garantam precisão nos dados e compatibilidade com os sistemas de registro cartorial e órgãos de controle;



3.6. Considerando que o artigo 30, inciso I, da Lei nº 13.465/2017 estabelece como requisito para a classificação da modalidade de REURB (Social ou Específica) a **caracterização da população ocupante da área**, com base em critérios socioeconômicos, sendo indispensável a realização de **levantamento socioeconômico** dos moradores do núcleo urbano informal;

3.7. Considerando a continuidade eficaz do desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos direitos dos cidadãos, conforme Art. 6º da Constituição Federal de 1988:

[...]

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

[...]

3.8. Considerando que a Lei 13.465/2017, que trata da regularização fundiária rural e urbana. Em seu Art. 1º, inciso I:

[...]

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana (...) com o objetivo de:

I - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas.

[...]

As supracitadas medidas garantem não apenas a segurança jurídica dos títulos emitidos, como também a efetivação do direito à moradia, à cidade e à dignidade para as populações beneficiadas, promovendo a integração plena dos núcleos informais ao tecido urbano formal do município.

Dessa forma, justifica-se plenamente a essencialidade da contratação de empresa multidisciplinar especializada, assegurando que todas as etapas técnicas, urbanísticas, ambientais e sociais da Regularização Fundiária Urbana sejam conduzidas com a devida competência, legalidade, eficiência e responsabilidade técnica exigidas por lei.

4. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES

4.1 Justificamos a ausência da inclusão da despesa no Plano de Contratações Anual - PCA, 2025, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, que dado a agilidade exigida/imposta não foi possível constar todas as despesas pormenorizadas no Plano Anual de Contratações. Embora não constou no PCA, a despesa se encontra planejada na Lei Orçamentaria LOA/2025, não caracterizou desobediência à Lei 14.133/21, considerando que se trata de Contratação de Empresa com a finalidade de atender as necessidades de TERMO DE COMPROMISSO Nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradecemos e nos colocamos à disposição para o que for decidido.

5. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Conforme as peças técnicas do processo que originou o Termo de Compromisso nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA, firmado pelo Município de Ariquemes/RO, junto à UNIÃO por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, foram contemplados com a regularização **o Distrito Bom futuro localizado na Gleba 06 (seis) de julho, situado no Município de Ariquemes, localizado a uma distância cerca de 95 (noventa e cinco) quilômetros de distância do centro urbano do referido Município.**



6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A solução objeto da presente contratação encontra-se detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice integrante deste Termo de Referência, documento que especifica os aspectos técnicos, operacionais do serviço A SEREM EXECUTADOS PELA EMPRESA COMPOSTA POR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADA, abrangendo todas as etapas, desde o planejamento até a execução e acompanhamento contratual.

6.2. O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço por item, conforme estabelecido na tabela constante deste Termo de Referência, devendo cada proponente apresentar proposta de acordo com as especificações definidas.

6.3. A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, a qual deverá assegurar processo transparente, célere e competitivo, garantindo a igualdade de condições entre os licitantes e permitindo que a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG obtenha a proposta mais vantajosa, tanto em termos de preço quanto de condições contratuais.

6.4. Será admitida a participação de fornecedores de qualquer localidade do território nacional, ampliando o alcance da seleção e garantindo que empresas com comprovada expertise em serviços de locação de veículos possam concorrer, independentemente de possuírem sede ou filial no município. A medida visa assegurar que a SEMPOG e, em especial, a Diretoria Municipal de Regularização Fundiária, contem com prestadores capacitados a atender às necessidades específicas do projeto a ser executado.

6.5. A execução do pregão eletrônico deverá observar, obrigatoriamente, as disposições legais aplicáveis às licitações públicas, em especial a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais normas regulamentares pertinentes, assegurando estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e eficiência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Da Equipe Técnica

Para o desenvolvimento dos trabalhos, a equipe técnica disciplinar especializada deverá ser composta, no mínimo com os seguintes profissionais:

Nível Superior;

- 01 (um) Agrimensor;
- 01 (um) Arquiteto e Urbanista;
- 01 (um) Assistente Social

Nível Técnico;

- 01 (um) Técnico Agrimensor ou Topógrafo;

Nível Fundamental;

- 01 (um) auxiliar técnico.

7.2. Os profissionais de nível superior, responsáveis pela execução dos serviços objeto da contratação, deverão dispor de atestados de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e que comprovem a execução dos serviços de maior relevância ou valores significativos objeto da contratação.

7.3. Para os profissionais das áreas de serviço social (Assistente Social), será exigida a comprovação de experiência com habilidade específica ao objeto da contratação.



7.4. Capacidade técnico-profissional: A experiência técnico-profissional de cada membro da equipe, na sua respectiva área de atuação, deverá ser apresentada através de Curriculum Vitae, quando for o caso, e Atestados/Certidões emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no conselho de classe, ou equivalente, quando houver, que demonstrem a experiência com os serviços de características semelhantes e compatíveis com a área proposta.

7.5. Nos Atestados/acervos técnicos que comprovam a experiência de cada profissional, deverá especificar a empresa ou órgão empregador e, sempre que cabível, o órgão ou entidade contratante dos serviços, a função exercida em cada período ou parte deste, de forma a caracterizar sua experiência.

7.6. Os atestados/acervos técnicos só serão aceitos se os profissionais relacionados possuírem vínculo com a licitante, na data da licitação, comprovado mediante apresentação de DECLARAÇÃO FORMAL aceitando a sua inclusão na equipe técnica, caso a licitante seja vencedora do certame, para execução dos serviços.

7.7. As declarações exigidas no subitem anterior, deverão constar: o nome do profissional, formação, registro de classe atualizado, quando houver, endereço, local, data e assinatura do declarante e serem apresentadas individualmente ou em conjunto. No caso de ser apresentada em conjunto, deverá constar a assinatura individual de cada profissional relacionado.

7.8. Caso a equipe técnica relacionada acima, em todo ou em parte, não fizer parte do quadro de pessoal da empresa vencedora do certame, o licitante deverá declarar ciência de que tal condição será obrigatória e estará condicionada à assinatura do contrato.

7.9. A empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica mínima para a execução das atividades relativas ao levantamento topográfico (técnico agrimensor ou topógrafo), cadastro físico dos imóveis (auxiliar técnico) e cadastro socioeconômico das famílias (Assistente Social) com escritório instalado dentro da área de intervenção objeto deste Termo de Referência, em local de fácil acesso à comunidade, com instalações adequadas ao atendimento dos munícipes (famílias beneficiadas).

7.10. Declaração formal indicando o Coordenador Geral, como responsável técnico habilitado contendo registro no CREA e/ou CAU, com experiência comprovada na execução dos serviços de regularização fundiária, objeto desta licitação, sendo obrigatoriamente profissional de nível superior graduado em Agrimensura e/ou Arquitetura e Urbanismo.

7.11. O Coordenador Técnico Geral deverá gerenciar todas as fases das atividades simultaneamente, sendo responsável técnico pela execução, coordenação e gerenciamento dos trabalhos desenvolvidos durante os meses estabelecidos para o cumprimento das atividades especificadas no Projeto Básico, devendo obrigatoriamente, constar na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, emitida pelo CREA e/ou CAU.

8. CAPACITAÇÃO TÉCNICA

A Capacidade Técnica da Licitante será avaliada em função do histórico de serviços realizados na área de Coordenação/Supervisão de Serviços Especializados de Regularização Fundiária, na forma abaixo:

8.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA, devidamente certificado pelo(a) entidade profissional competente comprovando ter executado a Coordenação/Supervisão de Serviços de Regularização Fundiária contemplando o serviço abaixo:

8.2. Regularização Fundiária de imóveis urbanos de propriedade do poder público com transferência de domínio para pessoas físicas incluídas em programa de regularização fundiária.



8.3. A presente exigência tem como finalidade comprovar que o licitante dispõe, ou se compromete a dispor, de profissional de nível superior ou outro reconhecido pela entidade competente que seja detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços com características semelhantes às do objeto licitado, limitado às parcelas de maior relevância e valor significativo, conforme previsto no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.1 No tocante a comprovação técnica apontado no artigo 67 da lei de licitação, a **Cartografia Básica apresentada no item 1.1, é a parcela de maior relevância, devendo ser comprovada através** de atestado de responsabilidade técnica por execução desses serviços.

8.3.2. No que se refere à **comprovação técnica** prevista no **artigo 67 da Lei nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), cumpre destacar que a **Cartografia Básica**, apresentada no **item 1.1 do Termo de Referência**, constitui-se na **etapa de maior relevância técnica** do objeto licitado, uma vez que dela dependem a acurácia, a confiabilidade e a coerência de todas as demais atividades subsequentes.

A Cartografia Básica é responsável por fornecer a base geoespacial que subsidia a delimitação territorial, a definição de perímetros e a representação fidedigna das áreas objeto dos estudos e projetos, razão pela qual sua execução exige **competência técnica específica** e observância a normas técnicas de georreferenciamento e precisão cartográfica.

Dessa forma, para assegurar a **idoneidade técnica da licitante** e a **capacidade de execução do objeto contratado**, impõe-se a exigência de **comprovação de experiência anterior** por meio de **Atestado de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT)**, que comprove a efetiva execução de serviços de natureza e complexidade compatíveis com a Cartografia Básica solicitada.

Tal exigência encontra respaldo não apenas no referido artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, mas também nos princípios da **eficiência, da segurança jurídica e da seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública**, garantindo que os serviços sejam realizados com qualidade técnica e em conformidade com os padrões exigidos.

8.4. O profissional deverá ser integrante do quadro permanente da empresa LICITANTE. Na situação de sócio, a comprovação será realizada mediante cópia do contrato social. Quando se tratar de empregado, a comprovação de seu vínculo será feita através de ficha ou de livro de registro de empregado ou de contrato de trabalho. Nos demais casos será suficiente à prova da existência de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Metodologia da Execução do Serviço:

9.1.1. O processo de regularização fundiária desenvolve-se em múltiplas etapas, cada uma delas composta por diversas atividades e pela produção de documentos específicos. Envolve, ainda, a atuação de diferentes entidades públicas e privadas, cada qual com atribuições próprias. Ressalta-se que é vedada a subcontratação de serviços, bem como a formação de consórcios para sua execução.

9.1.2. A execução de todas as etapas estará sujeita à aprovação e ao acompanhamento da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária DMRF. Caso sejam identificadas pendências, estas deverão ser apresentadas de forma detalhada, de modo a possibilitar que a DMRF defina as diretrizes a serem adotadas.

9.1.3. Nos casos em que houver divergências, a decisão quanto ao procedimento caberá, em caráter exclusivo, à DMRF.

9.1.4. A empresa contratada deverá informatizar integralmente os serviços executados, apresentando a documentação em meio digital, contendo todas as informações referentes aos produtos solicitados pela DMRF.

9.1.5. As informações coletadas sobre o perfil socioeconômico das famílias, assim como os levantamentos topográficos realizados nos lotes urbanos a serem regularizados, deverão ser entregues em mídias digitais, nos formatos compatíveis com os sistemas da DMRF, quando se tratar de elementos gráficos (plantas e mapas). Além



disso, deverá ser apresentada uma versão consolidada em formato PDF utilizando os modelos mencionados no apêndice.

10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Cartografia Básica

10.1.1. Consiste no levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado, conforme situação atual.

10.1.2. Perímetro do núcleo urbano informal NUI a ser regularizado, georreferenciado, sobreposto a imagem de satélite, com demonstração das matrículas e transcrições atingidas. Indicar os confrontantes do núcleo a ser regularizado.

10.1.3. Todos os vértices não existentes in loco (cerca, muro, palanque, haste, etc.) devem ser materializados por piquetes pintados de branco ou amarelo, evitando posterior necessidade de locação por parte da empresa.

10.2. Cadastro físico:

10.2.1. O Cadastro Físico consiste no levantamento e descrição dos lotes, identificando os ocupantes, o endereçamento, a delimitação física dos lotes (dimensões e área total), a caracterização do tipo de uso predominante no lote (residencial, misto, comercial, institucional, de prestação de serviços), número de domicílios no lote e identificação do número de pavimentos das construções, a situação do lote na quadra e as condições gerais de habitabilidade, conforme modelo constante no apêndice.

10.2.2. As informações do cadastro físico devem individualizar o lote, de forma a torná-lo único, compreendendo a localização com o croqui do lote e vizinhos, com a identificação dos confrontantes. O cadastro físico deve ser preenchido adequadamente, de forma a subsidiar a elaboração do memorial descritivo de cada unidade.

10.2.3. Nos casos de lotes vazios deverá ser preenchido um formulário de cadastro indicando tal informação e nos casos de lotes com edificações, deverão ser apresentados tantos formulários quanto forem às unidades construídas.

10.3. Cadastro social

10.3.1. O Cadastro Social consiste na identificação das famílias contempladas, através de pesquisa com levantamento de todos os imóveis nas áreas objeto deste Termo de Referência, apresentando informações individuais dos chefes de família e cônjuges, relativas à qualificação dos beneficiários tais como: nome completo, RG, CPF, estado civil, nacionalidade, profissão, renda familiar e informações relativas à ocupação, tais como uso e ocupação do imóvel, número do IPTU (inscrição fiscal e imobiliária, se houver) e nome do titular fiscal, tempo de posse, documento da situação fundiária (recibo de compra e venda, contrato, escritura, dentre outros). A CONTRATADA deverá usar o questionário conforme Anexo III (modelo prefeitura), para subsidiar a coleta de dados, utilizando-se de métodos e instrumentos (tablet ou equivalentes) para a pesquisa. A numeração de cada pesquisa deve ser única e estará diretamente ligada ao endereço do lote, de forma a vincular todo o trabalho social com o levantamento físico cadastral.

Documentação do requerente:

a- Se pessoa física: Documento de identidade, CPF, comprovante de endereço do requerente ou do responsável legal do núcleo urbano informal ou do procurador, com a procuração, se for o caso;

b- Ser pessoa jurídica: Cartão do CNPJ, Atos constitutivos; ata de eleição da diretoria; documentos pessoais do representante legal; procuração de algum legitimado elencado no artigo 14 da Lei Federal 13.465/2017.

10.4. Estudos e projetos

10.4.1. Consiste na elaboração do projeto urbanístico com, no mínimo, a seguinte indicação:



- 10.4.1.1.** as áreas ocupadas, o sistema viário e as unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;
- 10.4.1.2.** as unidades imobiliárias a serem regularizadas, as suas características, área, confrontações (nome e matrícula), localização, nome do logradouro e número da designação cadastral, se houver;
- 10.4.1.3.** as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;
- 10.4.1.4.** os logradouros, os espaços livres, as áreas públicas (áreas verdes e institucionais), áreas destinadas aos edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;
- 10.4.1.5.** as eventuais áreas já usucapidas;
- 10.4.1.6.** as medidas de adequação para a correção das desconformidades, quando necessárias;
- 10.4.1.7.** as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da realocação de edificações, quando necessárias;
- 10.4.1.8.** as obras de infraestrutura essenciais, quando necessárias;
- 10.4.1.9.** as APPs, cotadas, conforme dispõe o Art. 4º da Lei Federal nº 12.651. No Caso de Reurb-E, delimitar também a área não edificante ao longo dos rios ou qualquer curso d'água de 15 metros de cada lado, conforme dispõe o §2º do art. 65 da Lei Federal 12.651/2012; e
- 10.4.1.1.** outros requisitos que sejam definidos pelo Poder Público municipal ou distrital.

Todos os documentos de responsabilidade técnica deverão ser apresentados devidamente datados e assinados pelo profissional habilitado e em situação regular junto ao respectivo conselho de classe.

10.5. Medidas Administrativas, Técnicas e Sociais Visando a instrução dos processos de REURB

10.5.1 Consiste em um conjunto articulado de medidas voltadas ao suporte administrativo, técnico e social necessários à adequada instrução dos processos de Regularização Fundiária Urbana (REURB). Seu objetivo principal é garantir que a comunidade compreenda o processo de regularização, tenha acesso às informações essenciais e participe ativamente das etapas, fortalecendo o caráter democrático e inclusivo da política pública.

Essa atividade envolve:

10.5.1.1 Apoio técnico: coletar todos os documentos conforme relação anexa ao formulário socioeconômico (Anexo III), para a correta instrução dos processos administrativos da REURB, assegurando conformidade com a legislação vigente. A empresa deverá buscar alternativas para facilitar a produção das cópias dos documentos dos beneficiários, sendo por meio de convênio com papelarias ou disponibilizando uma copiadora dentro do plantão local da empresa contratada.

10.5.1.2. Mobilizações sociais para prestar esclarecimentos, coletar documentos e atender moradores que não participaram do Cadastro Social inicial. Os plantões deverão iniciar em consonância à aplicação do Cadastro Social até o encerramento dos trabalhos de cadastramento físico e social.

10.6.1. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (10 MESES):

10.6.1.1. O Prazo total de execução é de 10 (dez) meses conforme composição de tabela abaixo:

Item	Atividade	Descrição da Atividade	Prazo de Execução (Mensal)									
			MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10
1	Mobilização e Planejamento	Reunião, organização da equipe, planejamento executivo e mobilização comunitária.	X			X		X				
		Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)										



2	Cartografia Básica	ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, no sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos conforme situação atual.		X								
		Elaboração de plantas, memoriais descritivos e quadros de áreas, (formulário modelo ID 3599462).			X							
		Plantas impressas em escala apropriada e memoriais descritivos acompanhados dos respectivos em meio digital e da cópia da ART ou RRT, (formulário modelo ID 3599462).			X							
3	Cadastro Físico	1.2.1. Elaboração de cadastro físico dos imóveis existentes.				X						
		1.2.2. Elaboração ou atualização de cadastro físico dos imóveis existentes na área objeto de intervenção, compreendendo a identificação, a codificação e a delimitação dos lotes e dos domicílios existentes na área, a caracterização do uso (residencial, misto, comercial, institucional, de prestação de serviços), as condições gerais de habitabilidade das edificações, entre outros, (formulário modelo ID. 3585359).				X						
		1.2.3. Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.				X						
4	Cadastro Social	1.3.1- Aplicação de questionários socioeconômicos aos moradores;					X					
		1.3.2 - Cadastro de famílias com dados sociais e habitacionais;					X					
		1.3.3- Elaboração ou atualização de cadastros socioeconômicos dos moradores, contendo nome, RG, CPF, composição familiar, tipo e tempo de posse, renda familiar, entre outras informações relevantes ao processo de regularização fundiária, (formulário modelo ID 3598828) .						X				
		1.3.4. Coleta de documentos dos beneficiários para instrução de processos de regularização fundiária, de acordo com as exigências legais relativas ao instrumento jurídico utilizado, tais como cópias de RG, CPF, comprovante de residência, certidão de casamento e documentos para comprovação da posse do imóvel, (formulário modelo ID 3598828);						X				
		1.3.5. Estruturação de banco de dados físico e digital compatível com a planta cadastral.						X				
5	Estudos e projetos	1.4.1. Elaboração do projeto urbanístico conforme diretrizes legais e normas técnicas;							X			
		1.4.2. Produção de relatórios, memoriais e peças técnicas necessárias ao processo administrativo de REURB e a emissão da Certidão de Regularização Fundiária CRF.								X		
6	Medidas Administrativas, Técnicas e sociais visando a instrução dos processos de REURB.	1.5.1. Apoio técnico visando a instrução dos processos de REURB;									X	
		1.5.2. Mobilização comunitária para esclarecimentos;									X	
		1.5.3. Entrega de relatórios parciais e final de execução.										X



11. PRODUTO A SER ENTREGUE

11.1. Cartografia Básica

11.1.1. Para cada núcleo urbano a ser regularizado, deve ser entregue mapa contendo:

- a) Indicação da área atingida pelo núcleo (contorno), as matrículas que este sobrepõe e/ou que confronta, os vértices iniciais e finais de cada confrontação e o número de todas as matrículas envolvidas;
- b) Levantamento das vias adjacentes ao núcleo ou contidas neste;
- c) Quaisquer geradoras de faixas de domínios, APPs ou outro delimitador de área, como: servidões, rodovias, redes elétricas, nascentes, rios, etc.
- d) Curvas de nível com equidistância de 1 (um) metro, contendo curvas mestras a cada 5 (cinco) metros;
- e) Identificação do responsável técnico no mapa e memorial com sua respectiva assinatura.
- f) Indicação do norte verdadeiro (geográfico), datum e meridiano central;
- g) Escala utilizada;
- h) Legenda (caso necessário);
- i) Os lotes a serem regularizados, eventuais áreas verdes/institucionais, vias e outros elementos que venham compor a regularização, indicando na planta as respectivas numerações e áreas;
- j) Indicação das áreas não ocupadas pertencentes ao núcleo;
- k) Quadro estatístico de todas as áreas.

Deve ser entregue memorial do contorno do núcleo, de todos os lotes, das áreas públicas e quaisquer outras feições passíveis de descrição em memorial topográfico; este deve seguir o modelo indicado pela Diretoria Municipal de Regularização Fundiária DMRF, do Município de Ariquemes.

É obrigatório o envio do mapa em formato digital compatível com da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária DMRF e memorial descritivo (*.txt, *.doc, *.odt PDF, etc.).

11.2. Cadastro Físico

11.2.1. Deverá ser apresentado um relatório específico contendo os seguintes dados e a documentação abaixo relacionada:

11.2.1.1 Síntese dos resultados do cadastramento físico, efetuado através do formulário de contido no anexo na apêndice.

11.2.1.2 Relação dos lotes e domicílios com a devida identificação do ocupante e a caracterização de uso; esta deve estar compatibilizada com a planta individual dos lotes, elaborada no levantamento planialtimétrico;

11.2.1.3 Arquivos do cadastro de cada lote em meio digital compatível com da DMRF.

11.3. Cadastro Social

11.3.1. Deverá ser apresentado um relatório específico contendo os seguintes dados e a documentação abaixo relacionada:

11.3.1.1. Síntese dos resultados do cadastramento social, incluindo relação de pendências documentais referenciada por lote/ domicílio e beneficiário;



11.3.1.2. Elaborar relatório final com a síntese dos resultados do cadastro socioeconômico, incluindo relação de pendências documentais, referenciada por lote e beneficiário com as cópias dos formulários de cadastro, utilizando o cadastro socioeconômico;

11.3.1.3. Cópia dos formulários de cadastro de dados (ID 3598828) utilizados na coleta de dados da população beneficiária, em meio digital;

11.4. Estudos e projetos

11.4.1. Elaborar diagnóstico contendo as medidas necessárias para a sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, segurança da população em situações de risco (se houver) e as medidas para adequação da infraestrutura básica. Este diagnóstico deve relatar o processo de discussão com a comunidade envolvida. 1.2 Submeter o projeto de regularização fundiária contendo plantas, memoriais descritivos, demais elementos técnicos elaborados e o diagnóstico conforme item 1 acima, à aprovação do Município, em atendimento ao art. 51, § 2º, da Lei nº. 11.977/2009;

11.4.2. Apresentar documento de responsabilidade técnica, datado e assinado, d habilitado e ativo junto ao seu conselho de classe;

11.4.3. É obrigatório o envio do mapa em formato digital (.dwg) e do memorial (*.txt, *.doc, *.odt PDF, etc.).

Os projetos técnicos impressos, aprovados e autenticados devem ser entregues em 2 (duas) vias, sendo que uma pertencerá ao cartório e outra será propriedade do Município de Ariquemes.

11.4.4. As escalas das plantas que instruírem o processo, desde a fase preliminar até o final da aprovação, serão de acordo com o cadastro municipal.

11.5. Medidas Administrativas, Técnicas e sociais visando a instrução dos processos de REURB

11.5.1. Relatórios de acompanhamento: elaboração e entrega de relatórios parciais e final, garantindo transparência e controle das atividades executadas

12. Dos Aparelhos e software

A contratada deverá:

- Dispor de equipe multidisciplinar qualificada;
- Fornecer todos os produtos em formato digital (DWG, shapefile, PDF, Excel);
- Realizar reuniões técnicas de acompanhamento com a Prefeitura;
- Cumprir o cronograma de execução do objeto.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1. Condições Gerais

Para a adequada execução dos serviços objeto desta contratação, a Contratada deverá observar, obrigatoriamente, os requisitos mínimos a seguir estabelecidos, em conformidade com o termo de Referência e com as normas legais aplicáveis:

12.1.1. Os equipamentos empregados na execução dos serviços deverão ser tecnicamente compatíveis com os padrões utilizados no mercado, assegurando eficiência e qualidade;

12.1.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e especializados, sob a exclusiva e integral responsabilidade da Contratada;

12.1.3. Os vícios aparentes identificados deverão ser sanados de imediato, tão logo haja notificação formal do responsável pela fiscalização;

12.1.4. A Contratada será responsável pela correção de vícios ocultos que venham a ser constatados após a conclusão dos serviços;

12.1.5. Os rejeitos eventualmente gerados deverão ser destinados de forma adequada, em estrita observância à legislação ambiental vigente.



12.2. Sustentabilidade

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade previstas no artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que for aplicável, e atender às exigências legais e normativas relacionadas à sustentabilidade ambiental e social, especialmente:

12.3. Sustentabilidade Ambiental

12.3.1 Promover treinamento e capacitação periódica dos empregados quanto a boas práticas de redução de desperdícios e de poluição;

12.3.2 Cumprir integralmente a legislação ambiental vigente, em especial:

- Lei nº 6.938, de 31/08/1981 Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 9.605, de 12/02/1998 Lei de Crimes Ambientais;

12.3.3. Utilizar, sempre que possível e tecnicamente viável, materiais biodegradáveis;

d) Observar as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego MTE, relacionadas à Segurança e Medicina do Trabalho.

12.4. Sustentabilidade Social

a) Fornecer aos empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à execução segura dos serviços;

b) Assegurar condições de trabalho adequadas, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do MTE, em especial a Norma Regulamentadora nº 6 NR-6;

c) Fiscalizar e exigir o uso correto dos equipamentos de segurança por todos os trabalhadores envolvidos.

12.5. Subcontratação

É expressamente vedada à Contratada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações decorrentes deste contrato, não sendo admitida a subcontratação de serviços.

12.6. Garantia da Contratação

Nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, será exigida da Contratada garantia correspondente a 2% (dois por cento) do valor global do contrato, devidamente atualizada nas mesmas condições contratuais, a ser prestada em uma das seguintes modalidades:

12.6.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

12.6.2. Seguro-garantia;

12.6.3. Fiança bancária.

As regras complementares sobre a garantia estarão detalhadas no instrumento contratual.

12.7. Garantia dos Serviços

Com a finalidade de assegurar a qualidade e a eficácia dos serviços prestados, será exigida garantia técnica pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o artigo 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

12.7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021;

12.7.2. Aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à reposição ou correção dos serviços;

12.7.3. Constatados vícios ou irregularidades, a Administração elaborará relatório circunstanciado, notificando formalmente à Contratada para que proceda às correções cabíveis;

12.7.4. Os chamados relativos à garantia deverão ser atendidos pela Contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação, independentemente do meio utilizado (correio eletrônico, telefone ou correspondência postal);

12.7.5. Havendo necessidade de substituição de produtos, estes deverão ser fornecidos em até 120 (cento e vinte) horas corridas, em perfeitas condições de uso e equivalentes às especificações contratuais originais.



13. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

13. Critérios de Recebimento

13.1. O recebimento dos produtos e serviços contratados ocorrerá em duas etapas: **recebimento provisório** e **recebimento definitivo**, nos termos da legislação vigente, observados os seguintes critérios específicos no item **11** deste Termo de Referência.

13.2. O **recebimento definitivo** somente será efetivado após análise e aprovação formal pela Administração Municipal, que verificará a conformidade técnica, legal e documental dos produtos entregues em relação às exigências do Termo de Referência.

14. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

14.1. As plantas dos levantamentos topográficos dos assentamentos deverão ser apresentadas com selo padrão, nos formatos estabelecidos pela Contratante.

14.2. A planta da área total do levantamento deverá conter:

- a) indicação do sistema de coordenadas utilizado;
- b) quadrícula de 50m x 50m com a devida origem identificada;
- c) orientação em relação ao norte verdadeiro.

14.3. Em caso de subdivisão do desenho em mais de uma prancha, cada prancha deverá ser numerada e conter uma planta de situação que permita localizar o setor em relação ao total da área.

14.4. O desenho topográfico das áreas e dos lotes deverá ser elaborado em arquivo no formato **DWG**, compatível com o software **AutoCAD Map** atualizado.

14.5. Os Boletins e suas respectivas plantas individuais deverão ser apresentados em folhas no tamanho **A4**, em escala compatível com a metragem quadrada de cada lote, utilizando o selo padrão fornecido pela Contratante.

14.6. Cada **Planta Técnica**, **Memorial Descritivo** e **Boletim Cadastral** deverão ser assinados por responsável técnico devidamente credenciado e registrado no **CREA**, no **CAU** ou no **CFT**.

14.7. Os modelos dos Boletins, layouts das plantas e demais orientações serão disponibilizados pela Contratante.

14.8. Caso sejam implantados marcos geodésicos, deverá ser apresentada a **monografia de cada marco**, conforme as orientações da Contratante.

14.9. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar mensalmente **Relatório de Prestação de Serviços**, contendo:

- a) registro fotográfico dos serviços executados;
- b) documentação apresentada na forma estabelecida no item 5.5;
- c) assinatura do técnico responsável pelo acompanhamento dos serviços;
- d) nota fiscal ou fatura discriminando detalhadamente os serviços prestados.

14.10. No caso de controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade da execução do objeto, deverá ser observado o disposto no **art. 143 da Lei nº 14.133/2021**, assegurando-se a emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

14.11. O prazo destinado à solução, pela Contratada, de eventuais inconsistências na execução do objeto, bem como ao saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, não será computado para os fins de recebimento definitivo.



14.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada quanto à solidez e segurança dos bens, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.13. Os produtos técnicos apresentados deverão atender integralmente às exigências de qualidade, padronização e formato definidas pela Contratante, sob pena de não aceitação.

14.14. A entrega dos produtos deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma de execução contratual.

15. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA

15.1. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor à execução dos serviços e à entrega dos bens acessórios decorrentes do contrato.

15.2. Constatados vícios, defeitos ou quaisquer outras irregularidades nos serviços ou materiais fornecidos, a Administração elaborará relatório circunstanciado, contendo a descrição das ocorrências, que será encaminhado à Contratada para as devidas providências.

15.3. A Contratada deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir os serviços e/ou materiais rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de **120 (cento e vinte) horas corridas**, conforme dispõe o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Os chamados relativos à garantia poderão ser formalizados pelo Contratante por escrito, via correio eletrônico, telefone ou correspondência postal.

15.5. A Contratada fica obrigada a atender aos chamados no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento da comunicação.

15.6. A execução dos serviços de correção deverá ocorrer em até **72 (setenta e duas) horas** após o atendimento do chamado, observando-se as cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência.

15.7. Na hipótese de necessidade de substituição de produto, a Contratada deverá providenciar a troca por outro de **igual especificação**, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais, no prazo máximo de **120 (cento e vinte) horas corridas**.

16. GESTÃO DO CONTRATO

16.1. Disposições Gerais

16.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão contratual, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro em apostila.

16.1.3. Todas as comunicações entre o órgão ou entidade contratante e a empresa contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, quando cabível.

16.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências imediatas, sempre que necessário.

16.1.5. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por fiscais designados ou substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Atribuições do Fiscal Administrativo

16.2.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas, e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos



comprobatórios (Decreto Municipal nº 19.159/2022, art. 10).

16.2.2. Atuar tempestivamente na solução de descumprimentos contratuais, comunicando ao gestor do contrato quando a situação exceder sua competência.

16.2.3. Comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato, a fim de viabilizar sua renovação ou prorrogação tempestiva.

16.3. Atribuições do Gestor do Contrato

16.3.1. Coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo atualizado o histórico de gerenciamento, incluindo ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações (Decreto Municipal nº 19.159/2022, art. 8).

16.3.2. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando riscos e problemas que possam comprometer a liquidação da despesa.

16.3.3. Consolidar os registros realizados pelos fiscais, informando à autoridade superior os casos que ultrapassarem sua competência.

16.3.4. Emitir documento comprobatório da avaliação dos fiscais técnico, administrativo e setorial, registrando o desempenho da contratada, o cumprimento de obrigações, indicadores aferidos e eventuais penalidades, para fins de cadastro de atesto de cumprimento contratual (Decreto Municipal nº 19.159/2022, art. 8, VIII).

16.3.5. Adotar providências para instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

16.3.6. Elaborar relatório final com avaliação da consecução dos objetivos da contratação e sugestões de aprimoramento das atividades administrativas.

16.4. Atribuições do Fiscal Técnico

16.4.1. Acompanhar a execução contratual, assegurando o cumprimento integral das condições pactuadas, de modo a garantir os melhores resultados à Administração (Decreto Municipal nº 19.159/2022, art. 10).

16.4.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes, descrevendo providências necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

16.4.3. Emitir notificações para correção de irregularidades ou defeitos na execução, fixando prazo adequado para a regularização (Decreto Municipal nº 19.159/2022, art. 10, II).

16.4.4. Informar ao gestor, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou medida além de sua competência, inclusive aquelas que possam inviabilizar a execução do contrato.

16.4.5. Comunicar imediatamente ao gestor ocorrências que possam comprometer o cumprimento do contrato nos prazos estabelecidos.

16.4.6. Informar ao gestor, em tempo oportuno, o término do contrato sob sua responsabilidade, para fins de renovação ou prorrogação tempestiva.

17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

17.1. Do Recebimento do Objeto

O recebimento do objeto contratado será de inteira responsabilidade do fiscal de contrato designado por Portaria e da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços Especiais, vinculada à Secretaria competente, a qual detém autonomia para proceder ao acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos serviços prestados, observadas as normas legais e contratuais.

17.2. Procedimentos de Conferência

Compete à Comissão de Recebimento verificar a quantidade e a qualidade dos serviços executados, confrontando-os com a Nota de Empenho, especificações técnicas, cláusulas contratuais, Termo de Referência e seus anexos.

17.3. Formas de Recebimento

a) Recebimento Provisório (art. 140, II, a, da Lei nº 14.133/2021): realizado de forma sumária pelo fiscal designado, consistindo em contagem física e verificação preliminar da conformidade do objeto com as exigências contratuais.



b) Recebimento Definitivo (art. 140, II, b, da Lei nº 14.133/2021): consiste na conferência final da qualidade e quantidade do objeto, com certificação em Nota Fiscal e assinatura de termo detalhado por servidor ou comissão designada, em até 15 (quinze) dias corridos, salvo prorrogação devidamente justificada.

17.4. Condições para Recebimento

- I O recebimento definitivo poderá ocorrer imediatamente, dispensando o provisório, quando oportuno.
- II O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complementares.
- III O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil e ético-profissional da contratada pela execução perfeita do objeto, nos termos da lei e do contrato.

17.5. Rejeição do Objeto

- I O objeto poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, caso esteja em desacordo com as especificações técnicas ou cláusulas contratuais.
- II Constatadas falhas ou insuficiências após o recebimento provisório, caberá à contratada substituir ou complementar, às suas expensas, os itens irregulares, suspendendo-se o prazo de recebimento definitivo e de pagamento até a regularização.
- III A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir os itens rejeitados no prazo máximo de 120 (cento e vinte) horas corridas (art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

17.6. Responsabilidades da Contratada

- I Somente será reconhecida a entrega como efetuada após a aceitação integral dos itens constantes da Nota Fiscal.
- II A recusa de algum item suspenderá o prazo de recebimento até a devida regularização.
- III A contratada será responsável por custos de transporte, frete, seguro e tributos, em casos de devolução, substituição ou extravio.

17.7. Apoio Técnico Especializado

A Comissão de Recebimento poderá solicitar, quando necessário, o apoio de especialista da área técnica competente para validar a conformidade física e qualitativa dos bens ou serviços entregues.

17.8. Controvérsias na Execução

Em situações de divergência quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021. Nesse caso, a contratada deverá emitir Nota Fiscal referente à parcela incontroversa para liquidação e pagamento.

17.9. Regularização de Inconsistências

O prazo destinado à regularização, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou na Nota Fiscal apresentada não será computado para efeito de recebimento definitivo.

17.10. Critérios de Medição

- 17.10.1.** A medição será realizada com base nas etapas concluídas e devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.
- 17.10.2.** Cada medição considerará o quantitativo executado, a conformidade técnica do serviço prestado e a aceitação pela Comissão de Recebimento.
- 17.10.3.** As medições serão registradas em relatórios próprios, acompanhados de documentos comprobatórios, relatórios técnicos e demais evidências da execução contratual.

17.11. Critérios de Pagamento

17.11.1. O pagamento somente será processado após:

- a) Atesto do fiscal do contrato quanto à execução satisfatória do objeto;
- b) Emissão de Nota Fiscal ou documento equivalente pela contratada;
- c) Realização do recebimento provisório ou definitivo, conforme o caso;
- d) Regular a liquidação da despesa pela Administração.

17.11.2 O pagamento será efetuado no prazo estabelecido em contrato, contado a partir da data de aceitação definitiva do objeto e da entrega da Nota Fiscal regularizada.



17.11.3 Em caso de rejeição total ou parcial do objeto, o pagamento ficará suspenso até a substituição ou regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

17.11.4. Nas hipóteses de controvérsia, será pago apenas o valor correspondente à parte incontroversa da execução, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

18. LIQUIDAÇÃO

18.1. Para fins de liquidação da despesa, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contém todos os elementos necessários e essenciais, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período correspondente à execução do contrato;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.2. Caso haja erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas corretivas necessárias. O prazo para liquidação será reiniciado após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a Administração.

18.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal do contratado, que poderá ser verificada mediante:

- a) consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); ou,
- b) na impossibilidade de acesso ao SICAF, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.4. A Administração realizará consulta ao SICAF com o objetivo de:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar eventuais situações que impeçam a participação do contratado em licitação ou a contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas.

18.5. Caso seja constatada situação de irregularidade do contratado junto ao SICAF, será realizada a notificação por escrito, concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para:

- a) regularizar sua situação; ou
- b) apresentar defesa, que poderá ser prorrogada, a critério da Administração, por igual período.

18.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá:

- a) comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal sobre a inadimplência do contratado; e
- b) informar a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios legais e administrativos necessários à garantia do recebimento dos créditos da Administração.

18.7. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas cabíveis para a rescisão contratual, assegurando ao contratado o direito à ampla defesa nos autos do processo administrativo correspondente.

18.8. Havendo a efetiva execução do objeto contratual, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

19. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme disposto em seção anterior. O pagamento somente ocorrerá após a



comprovação do adimplemento integral das obrigações pela Contratada, já deduzidas eventuais glosas e notas de débito, nos termos do Decreto Municipal nº 19.379/2022, art. 10, parágrafo único, observando-se a ordem cronológica de exigibilidade estabelecida pelo Decreto nº 17.210/2021.

19.2 Caso, durante a fase de liquidação, seja identificado erro ou falha documental sanável, e não configurada má-fé, o credor será notificado para regularização no prazo de até 03 (três) dias corridos. Persistindo a irregularidade após o referido prazo, a obrigação de pagamento ficará suspensa, sendo o crédito excluído da ordem cronológica até sua devida regularização.

19.3 Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, a partir do término do prazo de pagamento até a data da efetiva quitação. Os juros de mora incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se as seguintes fórmulas de cálculo:

- $I = (TX/100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$

Onde:

- **I** = Índice de atualização financeira;
- **TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- **EM** = Encargos moratórios;
- **N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
- **VP** = Valor da parcela em atraso.

19.4. Forma de Pagamento

19.4.1. O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária**, com crédito em banco, agência e conta corrente previamente indicados pela Contratada.

19.4.2. Considera-se como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária correspondente.

19.4.3. No ato do pagamento, serão efetuadas as **retenções tributárias** previstas na legislação vigente.

19.4.3.1. Independentemente do percentual de tributos eventualmente inserido na planilha de custos, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos pela legislação aplicável.

19.4.4. A Contratada regularmente optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária relativa aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime.

19.4.4.1. Para a concessão do tratamento tributário favorecido, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, de documento oficial que comprove sua condição de optante pelo Simples Nacional, conforme previsto na legislação.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1 Modalidade de seleção

A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG adotará a modalidade **Pregão Eletrônico**, com duração contratual de 12 (doze) meses, como forma adequada para a contratação dos serviços. O julgamento será realizado pelo critério de **menor preço global**, considerando tratar-se de bens e serviços comuns, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e nas condições estabelecidas no edital. O procedimento será



conduzido pela Comissão de Licitação, com base em parâmetros de preços subsidiados pelo **Quadro Comparativo /Demonstrativo de Preços** constante dos autos, visando ampliar a competitividade e assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

20.2. Definição do Modo de Disputa

O modo de disputa adotado será **aberto**, conforme previsto na legislação vigente.

21. DA HABILITAÇÃO

21.3.1. Habilitação Jurídica

O licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica, os documentos comprobatórios de regular constituição, inscrição e funcionamento, dentre eles:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no portal oficial;
- c) Sociedades empresárias, sociedades limitadas unipessoais (SLU) ou empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial, com documentos dos administradores;
- d) Sociedades empresárias estrangeiras: portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial, conforme IN DREI/ME nº 77/2020;
- e) Sociedades simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- f) Filiais, sucursais ou agências: ato constitutivo devidamente registrado e averbado no registro da matriz;
- g) Sociedades cooperativas: ata de fundação, estatuto social e ata de aprovação arquivadas, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- h) Documentos pessoais (RG e CPF) dos sócios ou administradores;
- i) Instrumento de procuração, quando aplicável, com os documentos pessoais do procurador;
- j) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- k) Decreto de Autorização arquivado, no caso de sociedades estrangeiras;
- l) Declaração conjunta de atendimento às exigências constitucionais e legais, incluindo a inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

21.3.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

O licitante deverá apresentar:

- a) Inscrição no CNPJ ou CPF;
- b) Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB/PGFN), inclusive quanto à Seguridade Social;
- c) Regularidade perante o FGTS;
- d) Certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, quando aplicável;
- f) Regularidade com as Fazendas estadual e municipal/distrital;
- g) Declaração de isenção, quando for o caso;
- h) Dispensa da inscrição em cadastros de contribuintes, quando aplicável a MEI.

21.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, emitida há no máximo 90 (noventa) dias ou dentro da validade;
- b) Em caso de recuperação judicial, comprovação de homologação judicial do plano.

21.3.4. Qualificação Técnica

- a) Apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para execução de objeto compatível com o da licitação;
- b) Quando emitido por pessoa jurídica de direito privado, o documento deverá conter dados completos da entidade e signatários, bem como descrição detalhada do objeto;
- c) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial;
- d) Serão aceitos somatórios de atestados para comprovação de quantitativos mínimos;
- e) Características mínimas a comprovar:



21.3.5. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional

- a) Declaração formal de conhecimento das condições locais para execução do objeto;
- b) Registro ou inscrição da empresa junto ao CREA, CAU ou CFT, conforme o caso;
- c) Apresentação de profissional(is) responsável(is), devidamente registrado(s) no conselho competente, incluindo Engenheiro Civil ou equivalente;
- d) Comprovação de experiência mínima de 30% dos itens de maior relevância da planilha orçamentária;
- e) O profissional indicado deverá possuir atestado de responsabilidade técnica comprovando capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo.

21.4. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas correrão integralmente por conta da classificação orçamentária acima especificada.

22. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado perfaz o montante de R\$708.156,56, conforme o quadro comparativo ID:3540360

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Ariquemes pela seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 02.06.04.122.0079.2016 Manutenção da Regularização Fundiária

Elemento de Despesa: 4.4.90.39.00 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1.700 - Recursos do Exercícios Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

24. DO FATURAMENTO

24. Faturamento

24.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas, em 03 (três) vias, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG, emitidas em favor da:

Prefeitura Municipal de Ariquemes

CNPJ: 04.104.816/0001-16

Endereço: Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, Av. Tancredo Neves, nº 2166, 2º andar, Setor Institucional, Ariquemes/RO, CEP: 78932-257.

24.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão conter obrigatoriamente no corpo do documento:

- a) a descrição dos serviços, devendo observar a Denominação Comum Brasileira DCB (Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999);
- b) o número da cotação, do processo e do empenho correspondente;
- c) o número da conta bancária da empresa contratada, destinada ao recebimento do pagamento;
- d) nas observações, o número da proposta do Convênio Federal correspondente, por se tratar de execução vinculada a convênio.



24.3. Havendo erros ou dúvidas quanto à exatidão das Notas Fiscais/Faturas ou da documentação apresentada, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento apenas da parcela incontroversa, dentro do prazo estabelecido contratualmente, ressalvado o direito da CONTRATADA de apresentar representação para cobrança da parcela controvertida, mediante as devidas justificativas.

24.3.1. Nesses casos, a CONTRATANTE terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, para proceder à análise.

24.3.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão estar acompanhadas dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais (INSS e FGTS), bem como das certidões de regularidade fiscal municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação vigente.

24.4. O preço ofertado deverá contemplar todos os insumos necessários, incluindo despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros custos diretos ou indiretos relacionados à execução do objeto contratual.

24.4.1. A empresa contratada deverá emitir Notas Fiscais separadas: uma referente aos serviços prestados e outra relativa à venda dos materiais de consumo, conforme a natureza dos itens, observando que o processo contempla tanto serviços como a aquisição de materiais.

24.5. Não será realizado qualquer pagamento à(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade ou de inadimplência contratual.

25. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

25.1 Poderão participar deste certame todas as empresas do ramo pertinente ao objeto deste Termo de Referência, devidamente qualificadas, mediante comprovação de regularidade fiscal, em conformidade com a legislação vigente.

25.2 Será admitida a participação de empresas que se encontrem em processo de recuperação judicial e/ou extrajudicial, desde que atendam às demais condições de habilitação exigidas.

25.3 Não poderão participar deste certame as empresas que se enquadrem em quaisquer das seguintes hipóteses:

25.3.1 Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

25.3.2 Que estejam organizadas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição, quando houver relação de controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, considerando que a união de esforços somente se justifica em contratações de alta complexidade e vulto relevante, o que não corresponde ao objeto em questão;

25.3.3 A vedação de participação de consórcios decorre do fato de que, em contratações de bens e serviços de menor vulto, a presença de grandes empresas consorciadas pode reduzir a competitividade do certame, sendo suficiente a participação de empresas de pequeno e médio porte, que usualmente atendem aos requisitos mínimos de qualificação técnica e econômico-financeira;

25.3.4 Ressalta-se que, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do entendimento consolidado no Acórdão TCU nº 1316/2010, é prerrogativa da Administração Pública admitir ou não a participação de consórcios em licitações. No presente caso, por razões de interesse público e em observância aos princípios da competitividade, economicidade e moralidade, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio;

25.3.5 Empresas que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, em qualquer esfera (Federal, Estadual ou Municipal), desde que o ato punitivo tenha sido devidamente publicado em órgão oficial, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade;

25.3.6 Empresas estrangeiras que não apresentarem a documentação equivalente exigida para habilitação, devidamente autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor público juramentado;

23.3.7 Empresas que possuam em seus quadros funcionais, na qualidade de sócio, dirigente ou empregado, servidores ou funcionários vinculados ao Município de Ariquemes.



26. DAS CLÁUSULAS DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

26.1 As condições gerais, as regras de execução e as obrigações tanto da Contratante quanto da Contratada, bem como disposições relativas à cessão e/ou transferência, encontram-se devidamente detalhadas em tópicos específicos da Minuta de Contrato, a qual integra o presente Termo de Referência como apêndice.

27. DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVOS

27.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 48, incisos I e III, a Administração Pública deve promover processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempreendedores Individuais MEI, nos itens com valores de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ainda, quando os valores superarem esse limite, deve ser aplicada a divisão em cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) para contratação dessas categorias empresariais.

27.2. Entretanto, em determinadas situações, a aplicação dessa regra mostra-se inviável ou desvantajosa para a Administração Pública, especialmente quando se trata da aquisição de produtos que, por sua natureza, são oferecidos diretamente por grandes distribuidores ou fabricantes. Nessas hipóteses, a imposição de cotas exclusivas tende a reduzir a competitividade, limitar a participação de potenciais proponentes e ocasionar contratações menos vantajosas.

27.3. A não aplicação dos artigos 47 e 48 da referida Lei Complementar busca ampliar a competitividade, uma vez que a licitação em caráter de ampla participação possibilita a concorrência entre todas as empresas interessadas, independentemente de seu porte. Ressalta-se, contudo, que permanecem assegurados os demais benefícios e tratamentos diferenciados previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

27.4. A experiência desta Administração demonstra que os lotes exclusivos destinados a ME/EPP/MEI, bem como aqueles reservados em cotas de 25%, frequentemente não recebem propostas, resultando em itens desertos, atrasos nas aquisições e prejuízos à Administração, com reflexos diretos no atendimento à população.

27.5. Ademais, quando há êxito na contratação desses itens, verifica-se a ocorrência de discrepância nos valores praticados. Isso ocorre porque as micro e pequenas empresas, ao concorrerem apenas pelas cotas, não conseguem igualar-se aos preços praticados por grandes distribuidores e indústrias nos itens principais. Tal cenário obriga a Administração a adquirir o mesmo produto por valores significativamente distintos, afrontando o princípio da economicidade e comprometendo a busca pela proposta mais vantajosa.

27.6. Dessa forma, visando assegurar maior eficiência, ampliar a concorrência e resguardar a economicidade, recomenda-se que a presente licitação seja conduzida na modalidade **Pregão Eletrônico**, com participação aberta a todas as empresas interessadas, aplicando-se, quando cabível, os demais tratamentos diferenciados e simplificados previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

27.7. Ressalte-se, por fim, que tal escolha encontra respaldo no disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece:

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

III o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado."



28. Apêndice

I - Estudo Técnico Preliminar (id 3628811);

II - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3631477); e (3631534)

III - Minuta de Termo de Contrato (id 3631540);

VI - Formulário para cadastro imobiliário (ID 3585359);

V - Formulário e check list para coleta de documento (ID 3585559);

VI - Formulário para coleta de dados socioeconômico (ID 3598828);

VII - Requerimento para solicitação de Regularização Fundiária (ID 3599201);

VIII - Planilha de Controle de Regularização (ID 3599441);

IX - Modelo padrão Memorial Descritivo (ID 3599462);

X - Checklist Financeiro para Habilitação de Pagamento (ID 3600061);

XI - Modelo de Termo de Declaração de Posse (ID 3600079).

XII - Cronograma Físico-financeiro (3692352).

29. Informações Gerais

29.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3516-2195 (WhatsApp) ou na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG, situada no Centro Administrativo Municipal, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

29.2. O presente Termo de Referência foi elaborado por BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE, Assessor Especial VI, sendo o seguinte servidor responsável pelas definições técnicas: MARINALDO GONZAGA, cargo: assessor técnico/Fiscal técnico e aprovado por, ELIZETE GONCALVES DE LIMA, Autoridade competente.

30. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZETE GONCALVES DE LIMA

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE

Assessor Especial IV



JOICE GONCALVES SANTOS
DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

MARINALDO GONZAGA
ASSESSOR TECNICO







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	398/2025	23/12/2025

ID: 3693428	Processo	Documento
CRC: AF205E5A		
Processo: 8-19192/2025		
Usuário: BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE#		
Criação: 23/12/2025 12:13:09	Finalização: 23/12/2025 12:14:07	

MD5: BF70A5842BFE733DF1B794E4A94C29C7
SHA256: E7C5AEFC0DA52BBF32FD8B13504265D8152E6BE89AB08D66268FE7D4DA2F6189

Súmula/Objeto:

Termo de Referência 398/2025

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO -	ARIQUEMES	RO	23/12/2025 11:54:34
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO (38275)	23/12/2025 11:54:34
---------------------	---------------------


CIENTES

ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO#	23/12/2025 12:15:59
------------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE#	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	23/12/2025 12:15:06
--	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MARINALDO GONZAGA#	ASSESSOR TECNICO NIVEL II (COMISSAO)	23/12/2025 12:16:32
---	--------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	23/12/2025 12:34:10
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 JOICE GONCALVES SANTOS#	DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA (COMISSAO)	05/01/2026 08:45:54
--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3693428 e o CRC AF205E5A.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Estudo Técnico Preliminar 408/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 19192/25

2. Descrição da necessidade

2.1. Considerando que a solicitação da Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Georreferenciamento e Topografia de lotes urbanos, Elaboração de Estudos e projetos REURB e Equipe para levantamento socioeconômico busca sanar a necessidade de atender Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG para execução de serviços de regularização fundiária do Núcleo Informal denominado Distrito Bom Futuro, desempenhado pela Diretoria de Regularização fundiária;

2.2. Considerando que a Lei Federal nº 13.465/2017, especialmente em seu artigo 36 que na execução do projeto de Regularização Fundiária Urbana (REURB), exige uma abordagem técnica, integrada e multidisciplinar, que contemple as diversas etapas e dimensões do processo de regularização;

2.3. Considerando que para execução de projeto de REURB a contratação deve assegurar a elaboração completa, precisa e legalmente adequada dos documentos técnicos exigidos para a titulação de imóveis urbanos;

2.4. Considerando que a regularização fundiária Urbana é um processo complexo que envolve a produção de um projeto urbanístico específico para cada núcleo informal, devendo este conter obrigatoriamente georreferenciamento completo da área, elaboração de planta planialtimétrica e cadastral contendo a delimitação precisa das áreas ocupadas, suas dimensões, confrontações e características físicas, representação detalhada do sistema viário existente ou proposto, mapeamento individualizado das unidades imobiliárias a serem regularizadas, com indicação de área total, localização, nome do logradouro, número cadastral e confrontações, descrição e identificação das áreas públicas, identificação das áreas verdes e áreas de APP localizada no núcleo a ser regularizado;

2.5. Considerando que as exigências a serem cumpridas no Processo de Regularização Fundiária, demandam conhecimento técnico especializado nas áreas de topografia, engenharia, arquitetura e urbanismo, além de que tais profissionais dominem a utilização de equipamentos topográficos e softwares específicos que garantam precisão nos dados e compatibilidade com os sistemas de registro cartorial e órgãos de controle;

2.6. Considerando que o artigo 30, inciso I, da Lei nº 13.465/2017 estabelece como requisito para a classificação da modalidade de REURB (Social ou Específica) a caracterização da população ocupante da área, com base em critérios socioeconômicos, sendo indispensável a realização de levantamento socioeconômico dos moradores do núcleo urbano informal;

2.7. Considerando a continuidade eficaz do desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos direitos dos cidadãos, conforme Art. 6º da Constituição Federal de 1988:

[...]

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia,

o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à

infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

[...]

2.8. Considerando que a Lei 13.465/2017, que trata da regularização fundiária rural e urbana. Em seu Art. 1º, inciso I:

[...]

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana (...) com o objetivo de:

I - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas.

[...]



As supracitadas medidas garantem não apenas a segurança jurídica dos títulos emitidos, como também a efetivação do direito à moradia, à cidade e à dignidade para as populações beneficiadas, promovendo a integração plena dos núcleos informais ao tecido urbano formal do município.

Dessa forma, justifica-se plenamente a essencialidade da contratação de empresa multidisciplinar especializada, assegurando que todas as etapas técnicas, urbanísticas, ambientais e sociais da Regularização Fundiária Urbana sejam conduzidas com a devida competência, legalidade, eficiência e responsabilidade técnica exigidas por lei.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Municipal de Regularização Fundiária - DMRF	Joice Gonçalves Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Da Equipe Técnica

Para o desenvolvimento dos trabalhos, a equipe técnica disciplinar especializada deverá ser composta, no mínimo com os seguintes profissionais:

Nível Superior;

- 01 (um) Agrimensor;
- 01 (um) Arquiteto e Urbanista;
- 01 (um) Assistente Social

Nível Técnico;

- 01 (um) Técnico Agrimensor ou Topógrafo;

Nível Fundamental;

- 01 (um) auxiliar técnico.

4.2. Os profissionais de nível superior, responsáveis pela execução dos serviços objeto da contratação, deverão dispor de atestados de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e que comprovem a execução dos serviços de maior relevância ou valores significativos objeto da contratação.

4.3. Para os profissionais das áreas de serviço social (Assistente Social), será exigida a comprovação de experiência com habilidade específica ao objeto da contratação.

4.4. Capacidade técnico-profissional: A experiência técnico-profissional de cada membro da equipe, na sua respectiva área de atuação, deverá ser apresentada através de Curriculum Vitae, quando for o caso, e Atestados/Certidões emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no conselho de classe, ou equivalente, quando houver, que demonstrem a experiência com os serviços de características semelhantes e compatíveis com a área proposta.

4.5. Nos Atestados/acervos técnicos que comprovam a experiência de cada profissional, deverá especificar a empresa ou órgão empregador e, sempre que cabível, o órgão ou entidade contratante dos serviços, a função exercida em cada período ou parte deste, de forma a caracterizar sua experiência.

4.6. Os atestados/acervos técnicos só serão aceitos se os profissionais relacionados possuírem vínculo com a licitante, na data da licitação, comprovado mediante apresentação de DECLARAÇÃO FORMAL aceitando a sua inclusão na equipe técnica, caso a licitante seja vencedora do certame, para execução dos serviços.

4.7. As declarações exigidas no subitem anterior, deverão constar: o nome do profissional, formação, registro de classe atualizado, quando houver, endereço, local, data e assinatura do declarante e serem apresentadas individualmente ou em conjunto. No caso de ser apresentada em conjunto, deverá constar a assinatura individual de cada profissional relacionado.

4.8. Caso a equipe técnica relacionada acima, em todo ou em parte, não fizer parte do quadro de pessoal da empresa vencedora do certame, o licitante deverá declarar ciência de que tal condição será obrigatória e estará condicionada à assinatura do contrato.



- 4.9. A empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica mínima para a execução das atividades relativas ao levantamento topográfico (técnico agrimensor ou topógrafo), cadastro físico dos imóveis (auxiliar técnico) e cadastro socioeconômico das famílias (Assistente Social) com escritório instalado dentro da área de intervenção objeto deste Termo de Referência, em local de fácil acesso à comunidade, com instalações adequadas ao atendimento dos munícipes (famílias beneficiadas).
- 4.10. Declaração formal indicando o Coordenador Geral, como responsável técnico habilitado contendo registro no CREA e/ou CAU, com experiência comprovada na execução dos serviços de regularização fundiária, objeto desta licitação, sendo obrigatoriamente profissional de nível superior graduado em Agrimensura e/ou Arquitetura e Urbanismo.
- 4.11. O Coordenador Técnico Geral deverá gerenciar todas as fases das atividades simultaneamente, sendo responsável técnico pela execução, coordenação e gerenciamento dos trabalhos desenvolvidos durante os meses estabelecidos para o cumprimento das atividades especificadas no Projeto Básico, devendo obrigatoriamente, constar na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, emitida pelo CREA e/ou CAU.

5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar a existência de empresas aptas a executar os serviços multidisciplinares. Foram observadas no mercado empresas que prestam os serviços necessários com precisão, utilizando equipamentos modernos e softwares especializados, elaboração de plantas, memoriais descritivos e projetos urbanísticos adequados às exigências do Poder Público, estudos e diagnósticos socioeconômicos, necessários para classificação das modalidades REURB-S e REURB-E e acompanhamento técnico e jurídico durante o processo de regularização fundiária.

Os valores coletados no mercado indicam variação conforme:

- extensão da área a ser regularizada;
- complexidade dos estudos urbanísticos e ambientais;
- número de famílias a serem avaliadas;
- necessidade de mobilização de equipe técnica de campo.

A análise demonstrou que a contratação é tecnicamente viável, com fornecedores devidamente capacitados e com experiência comprovada no setor. Dessa forma, confirma-se a existência de mercado suficiente para atender à demanda da Diretoria Municipal de Regularização Fundiária.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de uma empresa multidisciplinar especializada para executar todos os serviços técnicos necessários ao processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) no Município de Ariquemes.

A empresa deverá realizar o levantamento topográfico, os estudos urbanísticos e ambientais, o diagnóstico socioeconômico das famílias e a elaboração dos projetos e documentos técnicos exigidos pela legislação. Para isso, deverá disponibilizar equipe habilitada, formada por profissionais capacitados.

A contratação permitirá ao Município obter uma solução completa, reunindo em um único prestador os levantamentos, análises e peças técnicas necessárias para instruir o processo de regularização fundiária de forma eficiente, segura e conforme a legislação vigente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	PRODUTO	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QUANTI.	UND. MED.
1	559.002.322		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TOPOGRAFIA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS-REURB E EQUIPE PARA ESTUDO SOCIOECONÔMICO, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - DMRF DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES /RO. Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Topografia, Elaboração de Estudos e Projetos-Reurb e Equipe para estudo socioeconômico, com a	1	SERV.



8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 708.156,56

R\$708.156,56 (setecentos e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), conforme o quadro comparativo (ID:3540360).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Tendo em vista que o serviço a ser contratado é um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que atende aos requisitos do objeto, não se vê a necessidade/possibilidade de parcelamento do objeto. Em relação ainda ao parcelamento da contratação, a adoção da contratação integrada justifica a obrigatoriedade de que o contratado seja responsável pela elaboração de Estudos e Projetos-Reurb e estudo socioeconômico para a entrega final do objeto.

9.2. Ressalta-se que em serviços inter-relacionados a Topografia, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega total dos serviços. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

9.3. A contratação deverá adotar o critério de julgamento TIPO MENOR PREÇO, critério de julgamento GLOBAL do item, tendo em vista a necessidade de garantir a uniformidade e a qualidade dos serviços e materiais fornecidos. Esse modelo concentra a responsabilidade integral na mesma contratada, permitindo uma gestão mais eficiente e coesa dos serviços ou materiais durante todo o período contratual, além de assegurar melhores resultados na execução das atividades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não será necessária a realização de contratações correlatas para a execução do objeto, uma vez que as despesas operacionais, incluindo transporte, frete e motoristas, equipe qualificada, equipamentos, materiais, são de responsabilidade da empresa contratada.

Entretanto, reconhece-se que tais atividades possuem interdependência técnica com o objeto principal, pois integram o conjunto de ações necessárias para a plena execução dos serviços, ainda que não demandem contratação adicional por parte da Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Justificamos a ausência da inclusão da despesa no Plano de Contratações Anual - PCA, 2025, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133 /21, que dado a agilidade exigida/imposta não foi possível constar todas as despesas pormenorizadas no Plano Anual de Contratações. Embora não constou no PCA, a despesa se encontra planejada na Lei Orçamentaria LOA/2025, não caracterizou desobediência à Lei 14.133/21, considerando que se trata de Contratação de Empresa com a finalidade de atender as necessidades de TERMO DE COMPROMISSO Nº 964840/2024/MCIDADES/CAIXA.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

As medidas garantem não apenas a segurança jurídica dos títulos emitidos, como também a efetivação do direito à moradia, à cidade e à dignidade para as populações beneficiadas, promovendo a integração plena dos núcleos informais ao tecido urbano formal do município.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para viabilizar a contratação e garantir a adequada execução dos serviços, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

13.1.2 Formalização do processo administrativo, contendo ETP, TR, minuta contratual, pesquisa de preços e demais documentos legais.



13.1.3 Designação de fiscal e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo da execução.

13.1.4 Disponibilização das informações e documentos necessários à empresa contratada, tais como mapas, cadastros existentes e delimitação das áreas a serem estudadas.

13.1.5 Acesso às áreas objeto dos levantamentos, mediante comunicação prévia às comunidades e coordenação com demais órgãos municipais.

13.1.6 Acompanhamento sistemático das etapas de execução, garantindo o cumprimento dos prazos, qualidade dos produtos e conformidade com a legislação aplicável.

13.1.7 Adoção de medidas administrativas para recepção, análise e aprovação dos serviços prestados pela contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há geração direta de impactos ambientais significativos durante a realização das atividades. Os levantamentos de campo serão realizados com equipamentos de baixo impacto, sem movimentação de solo, supressão vegetal ou intervenções físicas na área, limitando-se ao registro de informações geoespaciais e observações técnicas.

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade previstas no artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que for aplicável, e atender às exigências legais e normativas relacionadas à sustentabilidade ambiental e social, especialmente:

14.1.2 Promover treinamento e capacitação periódica dos empregados quanto a boas práticas de redução de desperdícios e de poluição;

14.2.3 Cumprir integralmente a legislação ambiental vigente, em especial:

- Lei nº 6.938, de 31/08/1981 Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 9.605, de 12/02/1998 Lei de Crimes Ambientais;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZETE GONCALVES DE LIMA

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE

Assessor Especial IV



JOICE GONCALVES SANTOS
DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA

MARINALDO GONZAGA
ASSESSOR TECNICO NIVEL II







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	408/2025	28/11/2025

ID: 3631974	Processo	Documento
CRC: 0DA86097		
Processo: 8-19192/2025		
Usuário: ANNA LUISA PEDROSO E COIMBRA		
Criação: 28/11/2025 10:34:27	Finalização: 28/11/2025 10:40:29	

MD5: 70E1A8B8483F960E3E004430D60E6734
SHA256: B9A6ABF0F4E0F391A49336BC5C5C3649062FDBD4039907605BDF144CA78DF948

Súmula/Objeto:
Estudo Técnico Preliminar - ETP 408/2025

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO -	ARIQUEMES	RO	28/11/2025 10:34:27
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO (38275)	28/11/2025 10:34:27
---------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE#	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	28/11/2025 10:42:30
--	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MARINALDO GONZAGA#	ASSESSOR TECNICO NIVEL II (COMISSAO)	28/11/2025 11:11:32
---	--------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	28/11/2025 11:17:13
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 JOICE GONCALVES SANTOS#	DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA (COMISSAO)	28/11/2025 12:52:12
--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3631974 e o CRC 0DA86097.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Matriz de Gerenciamento de Riscos 386/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
386/2025	BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE	26/11/2025 11:58
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de Empresa Multidisciplinar Especializada em Serviço de Georreferenciamento e Topografia de lotes urbanos, Elaboração de Estudos e projeto		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Falha na pesquisa de preços	Falta de conhecimento do objeto da licitação, ausência de conhecimento dos procedimentos legais para elaboração da pesquisa de preços.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	A pesquisa de preço deficiente pode culminar em licitações desertas, fracassadas, ou até mesmo com indícios de sobrepreços e valores inexequíveis, causando prejuízos financeiros ao erário e inviabilizando a aquisição dos itens no prazo planejado, respectivamente.					
Ações Preventivas						
P-01	Designar servidores com conhecimento técnico do objeto para compor a equipe de planejamento da contratação e capacitar para a elaboração da pesquisa de acordo com os parâmetros previsto na legislação					
Ações de Contingência						
C-01	Realizar pesquisa de mercado de forma adequada, atendendo os dispositivos legais					
				Responsável: HENRIQUE DA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Falha no dimensionamento quantitativos.	Falta de conhecimento real das necessidades do setor, desconsideração de fatores ligados ao público-alvo da solução.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	O dimensionamento errado dos quantitativos podem impactar de forma significativa na licitação, como impacto no preço ofertado pelos licitantes					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar planejamento prévio adequado, garantindo que todas as informações necessárias sejam levantadas, analisadas e validadas antes da formalização da demanda					
				Responsáveis: MARINALDO GONZAGA, FRANCENILDES MACEDO DOS SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Devolver processo para equipe de planejamento redimensionar as quantidades.					
				Responsáveis: FRANCENILDES MACEDO DOS SANTOS, MARINALDO GONZAGA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Licitação deserta ou fracassada	Falha na especificação do objeto, pesquisa de preços deficiente.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atrasos na disponibilidade do objeto no setor requisitante, custos com a realização de um novo procedimento licitatório					
Ações Preventivas						
P-01	Bom levantamento de mercado, escolha de soluções com características técnicas condizentes com as necessidades do setor requisitante e alinhadas ao mercado fornecedor, capacitação da equipe para elaboração de uma boa pesquisa de mercado.					
P-02	Adequada instrução processual, em especial a definição do objeto e estimativa de valores					
				Responsáveis: BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE, MARINALDO GONZAGA		
Ações de Contingência						
C-01	Devolver processo para o setor requisitante/equipe de planejamento refazer o planejamento, realização de um novo procedimento licitatório.					
C-02	Chamar os próximos licitantes em ordem de classificação, e em último caso, repetira licitação com os ajustes necessários					
				Responsável: HENRIQUE DA SILVA		



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Erro na justificativa e na fundamentação da contratação	A justificativa e/ou a fundamentação estando incompletas, ou não estarem claras, podem ocasionar interrupção no andamento do processo devido a dúvida de outras áreas e órgãos de controle.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso na execução de atividades no órgão requisitante					
Ações Preventivas						
P-01	Múltiplas revisões por parte da Equipe de Planejamento, analisando as possibilidades dentro dos parâmetros legais, e de uso habitual					
Responsáveis: MARINALDO GONZAGA, FRANCENILDES MACEDO DOS SANTOS, BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE						
Ações de Contingência						
C-01	Alterações necessárias no Projeto Básico e/ou Termo de Referência, dentro dos prazos estabelecidos					
Responsáveis: BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE, FRANCENILDES MACEDO DOS SANTOS, MARINALDO GONZAGA						

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Matriz de Gerenciamento de Riscos	386/2025	28/11/2025

ID: 3631992	Processo	Documento
CRC: C667B088		
Processo: 8-19192/2025		
Usuário: BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE#		
Criação: 28/11/2025 10:36:02	Finalização: 28/11/2025 10:39:21	

MD5: BA7C1F92514BC8EA2A374C1287FC7D8F
SHA256: DDB15FD6B37DF4A478D694F95305F265F2466960A6F443E898E4364C32710C76

Súmula/Objeto:

Matriz de Gerenciamento de Riscos

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO -	ARIQUEMES	RO	28/11/2025 10:36:02
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO (38275)	28/11/2025 10:36:02
---------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE#	ASSESSOR ESPECIAL IV CDS 03 (COMISSAO)	28/11/2025 10:42:28
--	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MARINALDO GONZAGA#	ASSESSOR TECNICO NIVEL II (COMISSAO)	28/11/2025 11:11:04
---	--------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 FRANCENILDES MACEDO DOS SANTOS#	PROFESSORA	28/11/2025 11:11:18
--	------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	28/11/2025 11:17:11
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3631992 e o CRC C667B088.